

O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta Interina

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Claudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação, Substituto

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

Coordenação Técnica da Pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

Equipe Técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Isadora Cruxên – Ipea

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 O CONAPE: CONTEXTUALIZAÇÃO	12
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	16
5 QUESTÕES ABERTAS.....	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação no conselho
- Gráfico 2 – Amostra segundo setor de representação
- Gráfico 3 – Conselheiros segundo o sexo
- Gráfico 4 – Conselheiros segundo a cor/raça
- Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8 – Conselheiros segundo renda familiar média mensal (em R\$)
- Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor (em R\$)
- Gráfico 10 – Conselheiros segundo o tempo no conselho
- Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
- Gráfico 12 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 13 – Número total de conselheiros
- Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15 – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 16 – Avaliação do número de conselheiros em cada setor – por segmento
- Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 18 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
- Gráfico 19 – Interesses prioritários (primeira opção)
- Gráfico 20 – Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
- Gráfico 21 – Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
- Gráfico 22 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 23 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 24 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 25 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 26 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 28 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 29 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 30 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 31 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 32 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 33 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 34 – Influência na agenda do Congresso Nacional
- Gráfico 35 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do MPA
- Gráfico 36 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 37 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 38 – Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
- Gráfico 39 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 40 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 41 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 42 – Atuação do poder público
- Gráfico 43 – Atuação da sociedade civil
- Gráfico 44 – Secretaria Executiva do Conape
- Gráfico 45 – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 46 – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 47 – Presidência do Conape
- Gráfico 48 – Avaliação das plenárias
- Gráfico 49 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões

Quadro 2 – Entidades que compõem o Conape (gestão 2010-2011)

Quadro 3 – Pontos fortes do Conape

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos conselheiros por município

Tabela 2 – Atuação em conselho fora do Conape

Tabela 3 – Resumo do perfil dos conselheiros do Conape

Tabela 4 – Sugestões de melhoria na atuação do Conape

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do Conape

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Conape – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio de ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas e ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbitos nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política. Hoje, existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação.

O presente relatório compõe a série *Conselhos Nacionais: perfil, atuação e visão dos conselheiros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil – conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea –, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número destes conselhos aumentou consideravelmente, desde o início da década de 1990 – de 1930 a 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, já de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas; mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (apêndice), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares aos conselhos as incluíram na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos anteriores, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional da Aquicultura e da Pesca (Conape). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- contextualização do Conape, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, sua composição, sua estrutura e suas ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (apêndice), divididas em três blocos:

- Bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros;
- Bloco 2: forma de atuação do conselheiro; e
- Bloco 3: funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual fazem parte. Cada um dos conselhos onde foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e na eficácia democrática e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente por Ipea (2010, p. 572), de forma que inclui:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso.

O quadro 1 apresenta a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Conselho	Sigla	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	CDDPH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	Conselho Nacional de Assistência Social	CNAS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	CNCD/LGBT	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	23	35
4	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	CNDI	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	CNDM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	Conselho Nacional de Economia Solidária	CNES	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	Conselho Nacional de Política Cultural	CNPC	Ministério da Cultura	52	25
8	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	CNPCT	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	20
9	Comissão Nacional de Política Indigenista	CNPI	Ministério da Justiça	35	16
10	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	CNPIR	Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial	44	26
11	Conselho Nacional da Previdência Social	CNPS	Ministério da Previdência Social	15	15
12	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	CNRH	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	Conselho Nacional de Saúde	CNS	Ministério da Saúde	48	62
14	Conselho Nacional de Turismo	CNT	Ministério do Turismo	69	39
15	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Conade	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Conaeti	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Conama	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Conanda	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	25
19	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Conape	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	Conselho Nacional de Segurança Pública	CONASP	Ministério da Justiça	48	36
21	Conselho das Cidades	Concidades	Ministério das Cidades	86	55
22	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conselho Nacional de Juventude	Conjuve	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	42
24	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Consea	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57	40

Fonte: dados da pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

No Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), o questionário foi aplicado durante uma reunião ordinária, realizada entre os dias 18 e 19 de maio de 2011, no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), localizado em Brasília, Distrito Federal. No início da reunião, os conselheiros foram informados sobre a aplicação do questionário e os objetivos da pesquisa. Os questionários foram recolhidos pela equipe do Ipea tanto durante a reunião quanto ao término da plenária. No Conape, 35 conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes.

Após a coleta dos questionários, os mesmos foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e as conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do Conape e a legislação do conselho.

3 O CONAPE: CONTEXTUALIZAÇÃO

O Conape é um órgão colegiado de caráter consultivo, criado como integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004. Hoje, o conselho integra o MPA. O conselho tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate nos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades da aquicultura e da pesca no território nacional.

As principais atribuições do Conape são: subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas para o setor aquícola e pesqueiro; propor estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação; e estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e de controle social no desenvolvimento da pesca e da aquicultura nacionais.

Com representação de pescadores, agricultores, empresários, armadores, pesquisadores e órgãos governamentais, que têm intersecção com a área da aquicultura e pesca, o conselho é composto por 54 membros, sendo 27 de órgãos da administração federal e 27 de entidades da sociedade civil organizada.

3.1 Breve histórico

No Brasil e no mundo, são realizadas práticas diversas em torno das atividades de pesca e aquicultura. Atualmente, ao longo das áreas costeiras, insulares e ribeirinhas, e das áreas urbanas ou rurais, se forma um conjunto de tipos de organização do trabalho e da produção, que vão desde o pescador-lavrador que exerce a pesca no espaço contíguo à sua moradia, até o pescador transoceânico, empregado de uma empresa transnacional (CARDOSO, 2009).

Apesar de a prática ser variada, corriqueira e milenar, no que diz respeito à legislação que regulamenta as atividades de aquicultura, o regime legal que a rege só tem merecido atenção detalhada recentemente. Ao longo de anos, a legislação brasileira utilizou atos administrativos normativos regulamentadores (decretos, portarias, resoluções e deliberações) para a organização de atividades aquícolas no país, os quais, muitas vezes, não contemplam uma discussão social por serem atos de vontade de autoridades do Poder Executivo, não revelando os conflitos e as soluções possíveis (TIAGO, [s.d.]). Do mesmo modo, as atividades aquícolas foram regulamentadas de forma interligada com um conjunto de sistemas legais relacionados às leis referentes ao solo, à água, ao meio ambiente, à conservação de recursos naturais, caça e pesca, e sanidade animal. De forma menos direta, a aquicultura também é afetada por leis de saúde pública, leis sanitárias, leis de exportação e importação, leis tributárias, entre outras.

Na década de 1960, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e, na década de 1980, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cuidavam do setor da pesca no país (CARDOSO, 2009). Em 2003, o governo brasileiro criou a SEAP, vinculada diretamente à Presidência da República, que, em 2009, se transformou no MPA (DIAS NETO, 2010).

Em 2004, a SEAP criou o Conape, que, desde sua criação, participa ativamente, junto ao governo federal, do planejamento, da formulação e da implementação de políticas no setor aquícola e pesqueiro (CARDOSO, 2009). O país já vivenciou três conferências nacionais para a discussão dos temas de pesca e aquicultura e elaboração das resoluções para o setor, e o Conape prepara-se para a etapa nacional da quarta conferência que será realizada em 2012 (BRASIL, [s.d.]).

3.2 Finalidades e competências

As ações do conselho devem objetivar o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola e apoiar a produção e a comercialização do pescado e de fomento à aquicultura e à pesca. Ao Conape compete: subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas estruturantes, de competência da SEAP; regulamentar a cessão de águas públicas da União para a exploração da aquicultura; e regulamentar a criação de parques e suas respectivas áreas aquícolas. Respeitando a legislação ambiental, o Conape também deve articular medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros.

Ao conselho também incumbe propor estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação, bem como participar de processos deliberativos em torno de diretrizes e procedimentos das políticas relacionadas com o desenvolvimento e o fomento das atividades da aquicultura e da pesca no território nacional. Nesse sentido, o Conape deve propor a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas desenvolvidos pela SEAP e propor a atualização da legislação relacionada com as atividades de desenvolvimento e de fomento das atividades de aquicultura e pesca.

Além disso, o conselho promove e organiza a realização, a cada dois anos, da Conferência Nacional da Aquicultura e da Pesca e deve estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social.

3.3 Composição

O Conape é um órgão colegiado de composição paritária, integrado por 54 representantes de órgãos do Poder Executivo e os da sociedade civil organizada em âmbito nacional. O quadro 2 apresenta a composição do Conape, na gestão 2010-2011.

QUADRO 2

Entidades que compõem o Conape (gestão 2010-2011)¹

Número de cadeiras	Entidade/órgão representado
Poder público	
1	Casa Civil da Presidência da República
1	Ministério do Meio Ambiente
1	Ministério do Desenvolvimento Agrário
1	Ministério de Minas e Energia
1	Ministério de Integração Nacional
1	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
1	Ministério da Defesa
1	Ministério da Ciência e Tecnologia
1	Ministério do Trabalho e Emprego
1	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
1	Ministério do Turismo
1	Ministério da Previdência Social
1	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
1	Ministério da Educação
1	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1	Ministério da Pesca e Aquicultura
1	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
1	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
1	Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República
1	Banco do Brasil
1	Caixa Econômica Federal
1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
1	Banco do Nordeste do Brasil
1	Banco da Amazônia
1	Petróleo Brasileiro S/A
1	Agência Nacional de Águas
Entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura	
5	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
1	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreo, na Pesca e nos Portos
2	Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins
2	Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil
3	Movimento Nacional dos Pescadores
1	Organização das Cooperativas Brasileiras
Conselheiros das entidades da área empresarial	
1	Associação Brasileira da Aquicultura
1	Associação Brasileira de Criadores de Camarão
1	Associação Brasileira dos Criadores de Organismos Aquáticos
1	Associação Nacional de Piscicultura em Águas Públicas
1	Associação Brasileira de Supermercados
1	Confederação Nacional da Agricultura
3	Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura
1	Confederação Nacional da Indústria
Entidades da área acadêmica e de pesquisa	
1	Associação Brasileira de Oceanografia
1	Associação Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática

Fonte: Conape. Disponível em: <www.mpa.gov.br/conape>.

Nota: ¹ Conforme consulta em 22 de agosto de 2011.

De acordo com o regimento interno do Conape, cada um dos representantes listados no quadro acima terá um suplente e um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido. Os representantes dos órgãos governamentais serão indicados, juntamente com seus suplentes, pelos titulares dos respectivos órgãos. As entidades da sociedade civil organizada, de âmbito nacional, serão eleitas em assembleias, convocadas especialmente para esta finalidade. O processo eleitoral pode ser acompanhado pelo Ministério Público Federal.

O regimento interno do conselho determina que as entidades da sociedade civil organizada escolham seus titulares e respectivos suplentes junto ao Conape, de acordo com seus regimentos e estatutos. Os órgãos governamentais e as entidades da sociedade civil organizada podem substituir seus representantes, mediante comunicação prévia, por escrito, à Presidência do Conape.

3.4 Organização

De acordo com Regimento Interno do Conape, homologado pela Portaria nº 266, de 28 de setembro de 2004, o Conape é organizado em torno de Plenário, Presidência, Secretaria Executiva e comitês e grupos temáticos.

O Plenário, órgão soberano e deliberativo do Conape, é composto pelo conjunto de membros titulares do conselho, ou respectivos suplentes, no exercício pleno de seus mandatos. Também participam do Plenário com direito a voz, os titulares das Subsecretarias e das Gerências Regionais da SEAP. Para participar das reuniões, também podem ser convidados, com direito a voz, personalidades e representantes de órgãos públicos, do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, inclusive do Ministério Público, de entidades privadas e entidades de pesquisa das regiões, sempre que for convidado por algum dos conselheiros que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.

O Plenário se reúne, a cada seis meses, em caráter ordinário, conforme calendário anual previamente aprovado e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por requerimento da maioria simples de seus membros, com o mínimo de 15 dias de antecedência da realização da reunião.

Os comitês são instituídos pelo plenário do Conape com o objetivo de promover estudos e elaborar propostas sobre temas específicos. Os comitês são constituídos de forma paritária, por, no mínimo, seis membros escolhidos entre os membros do Conape, de acordo com o interesse e a área de atuação de cada um, sendo seus nomes submetidos à aprovação do Plenário. Podem participar, como convidados, com direito a voz, personalidades e representantes de órgãos públicos, do Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive do Ministério Público, e de entidades públicas ou privadas. Cada comitê terá um coordenador, um relator e um secretário, cabendo ao relator a exposição de parecer sobre a matéria em pauta, nas assembleias do Plenário.

Os comitês temáticos permanentes encaminham discussões e elaboram propostas, à consideração do Plenário, nas seguintes áreas: participação social e acompanhamento da implantação das resoluções da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca; legislação, ordenamento e gestão da aquicultura e pesca; infraestrutura e comercialização; questões tributárias: acordos, alíquotas e impostos; política de crédito; assuntos internacionais; e treinamento, capacitação, pesquisa e transferência de tecnologia.

Os grupos temáticos, por sua vez, são instituídos por recomendação dos comitês e ou Plenário do Conape, e têm sua missão específica designada, podendo apresentar propostas de deliberação, a serem encaminhadas pelo presidente para decisão do Plenário. Os pareceres emitidos pelos comitês e grupos temáticos, deverão ser enviados pela Secretaria aos conselheiros do Conape, para serem deliberados pelo Plenário.

A Secretaria é órgão constituído pelo secretário e servidores designados, subordinados ao presidente, com a finalidade de prestar suportes técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conape.

A Presidência do Conape deve convocar e coordenar as reuniões do Plenário e o ordenamento e o funcionamento do Conape em geral, além de solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público; constitui e organiza os comitês e os grupos temáticos; e dá provimento às decisões do conselho. O Conape é presidido atualmente pelo ministro de Pesca e Aquicultura.

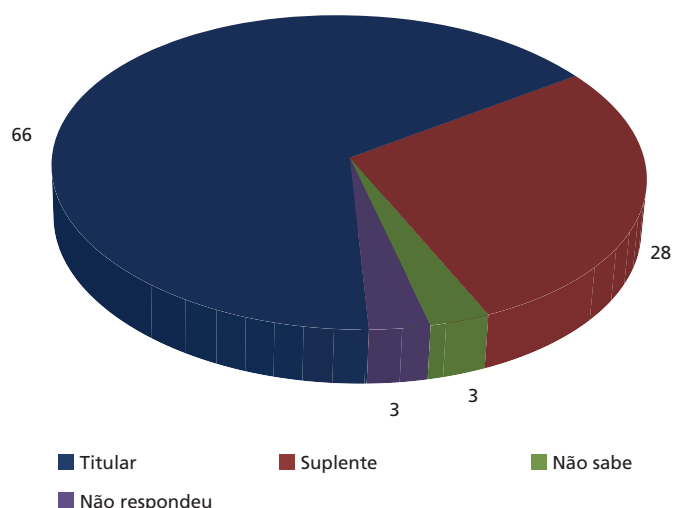
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (apêndice) no Conape. A descrição é dividida em três blocos que expressam o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros, a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

4.1 Delimitação da amostra

Inicialmente, se verificou a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho (se titular ou suplente).

GRÁFICO 1
Situação no conselho
(Em %)

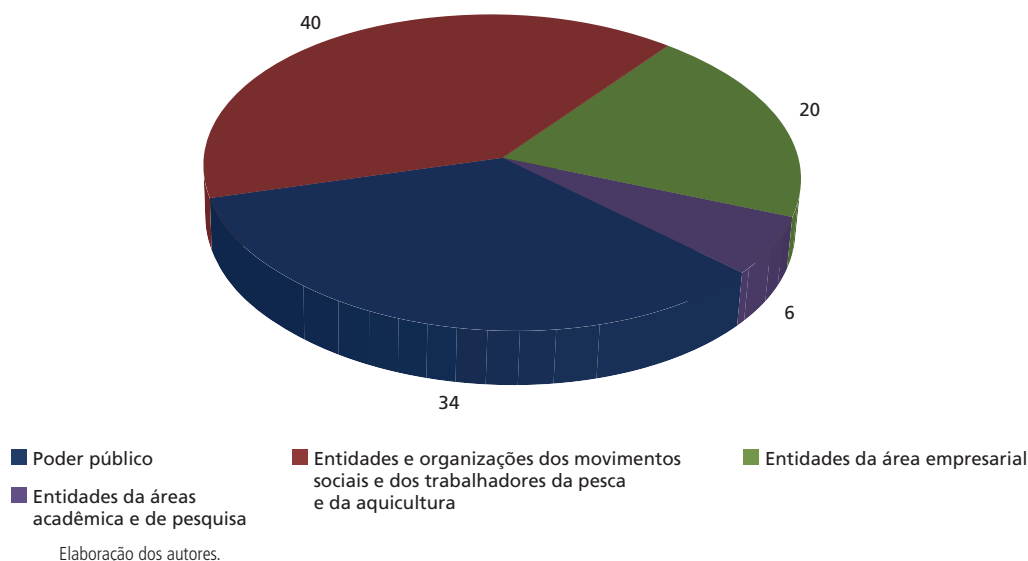


Elaboração dos autores.

O gráfico 1 expressa a quantidade de conselheiros titulares e suplentes que responderam ao questionário. Conforme se pode observar, 66% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do Conape, enquanto 28% são suplentes. Três por cento marcaram a opção “não sabe” e 3% não responderam à questão.

O gráfico 2 oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação.

GRÁFICO 2
Amostra segundo o setor de representação
(Em %)



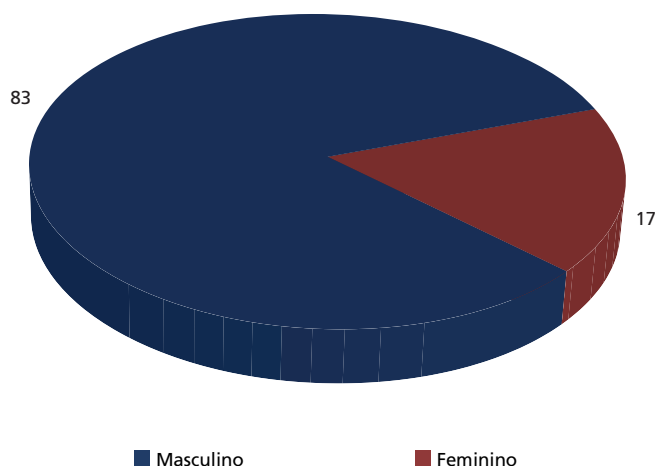
Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 66% pertencem à sociedade civil (entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura, entidades da área empresarial e entidades da área acadêmica e de pesquisa) e 34% pertencem a instituições do poder público. Esta pesquisa, portanto, teve uma sobre representação de respondentes da sociedade civil, uma vez que a composição do Conape atribui 50% das vagas para membros da sociedade civil e a mesma quantidade para representantes do poder público.

4.2 Bloco 1: perfil dos conselheiros

Este bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a gênero/sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.2.1 Distribuição dos conselheiros por gênero/sexo

GRÁFICO 3
Conselheiros segundo sexo
(Em %)

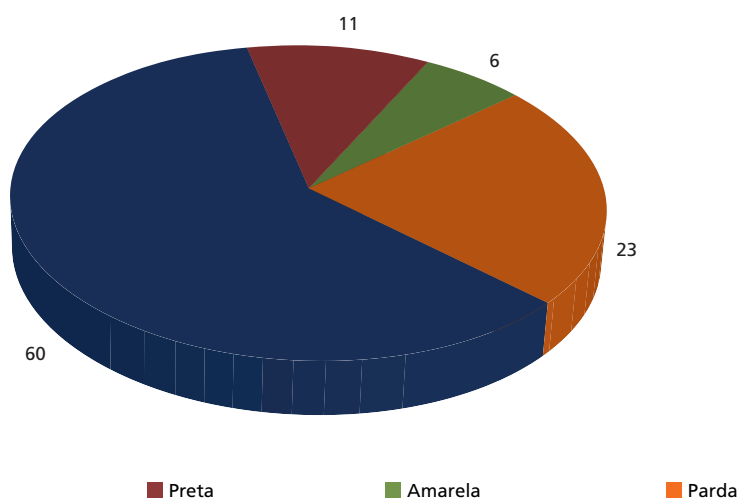


Elaboração dos autores.

Entre os conselheiros do Conape participantes da pesquisa, existe uma predominância expressiva de participantes do sexo masculino (83%). As mulheres, por sua vez, representam 17% dos respondentes. Apesar da predominância masculina, é preciso reconhecer que esse conselho ainda possui maior participação feminina que o parlamento brasileiro, por exemplo, onde a representação feminina corresponde a menos de 10% das cadeiras – 43 parlamentares do sexo feminino e 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011). Na segunda fase desta pesquisa, quando se trabalha com os dados agregados dos conselhos nacionais, será possível ter uma ideia de como se dá a distribuição de vagas por gênero nos conselhos de forma geral.

4.2.2 Conselheiros segundo cor/raça

GRÁFICO 4
Conselheiros segundo a cor/raça
(Em %)



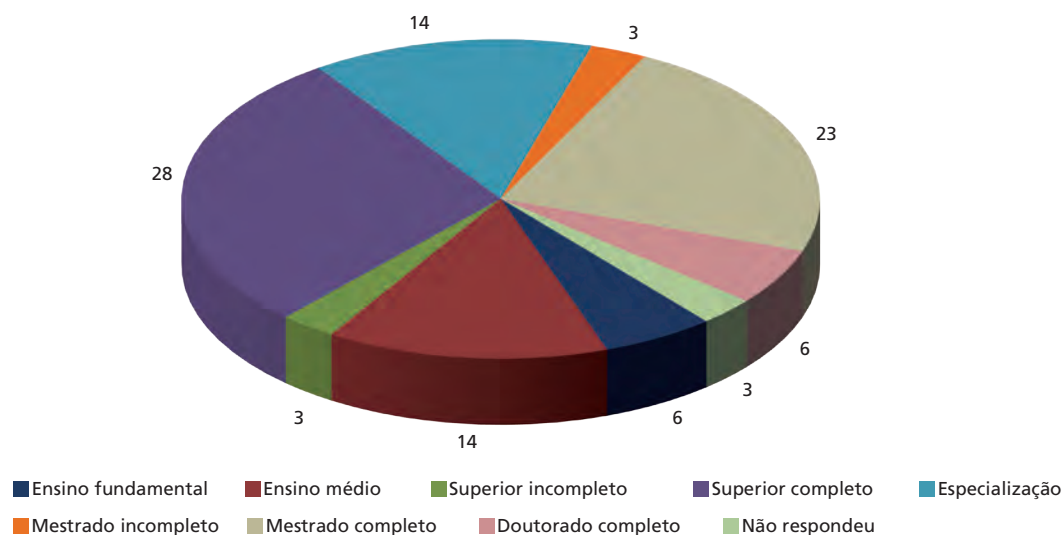
Elaboração dos autores.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o Conape é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (60%). Dos demais, 23% se consideram pardos, 11% pretos e 6% amarelos.

As opções de cor disponíveis nessa questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010 e incluíam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnicos raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.2.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros
(Em %)



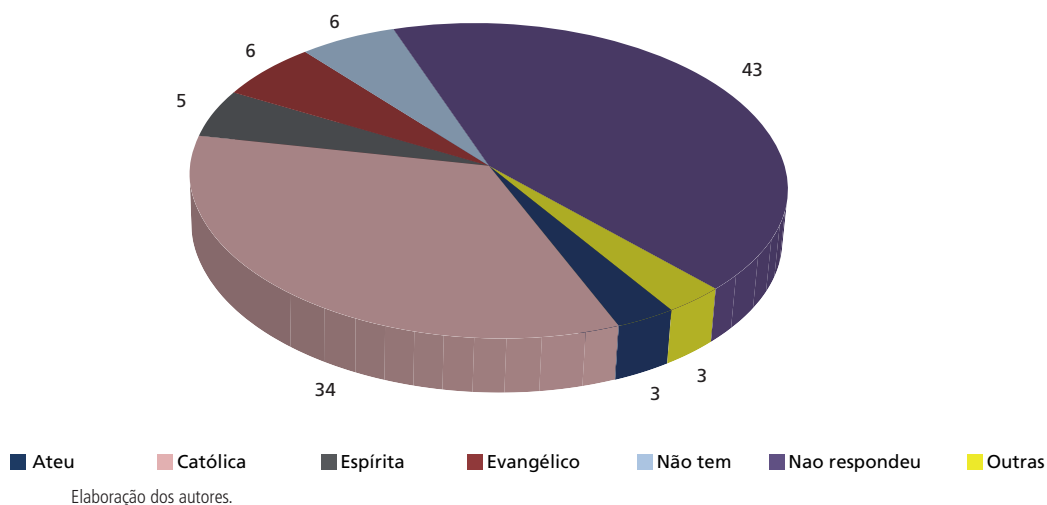
Elaboração dos autores.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela a distribuição dos conselheiros do Conape quanto à escolaridade. Noventa e um por cento dos conselheiros que responderam aos questionários possuem pelo menos o ensino médio completo, apenas 6% possuem ensino fundamental completo e 3% não responderam. Além disso, 46% dos conselheiros possuem algum tipo de especialização ou pós-graduação, o que revela uma média de escolaridade superior à média nacional.

4.2.4 Religião dos conselheiros

Pode-se observar, de acordo com o gráfico 6, qual é a religião ou o culto dos conselheiros do Conape. Utilizaram a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: “qual sua religião ou culto?”. Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

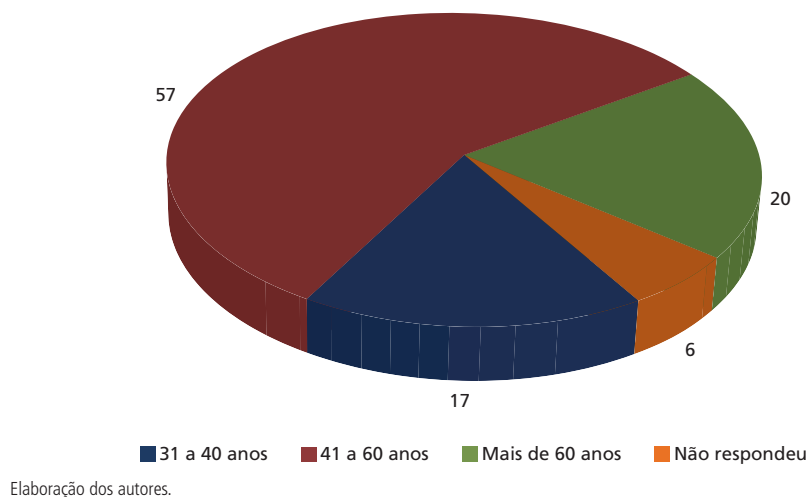
GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros
(Em %)



Por motivos desconhecidos pela pesquisa, grande parte dos participantes optou por não declarar sua religião ou seu culto (43%). Entre aqueles que responderam, é possível observar a diversidade de seus cultos e crenças que perpassam a população brasileira como um todo, refletindo a diversidade cultural do país, apesar da predominância de conselheiros que se declaram da religião católica (34%).

4.2.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7
Faixa etária dos conselheiros
(Em %)



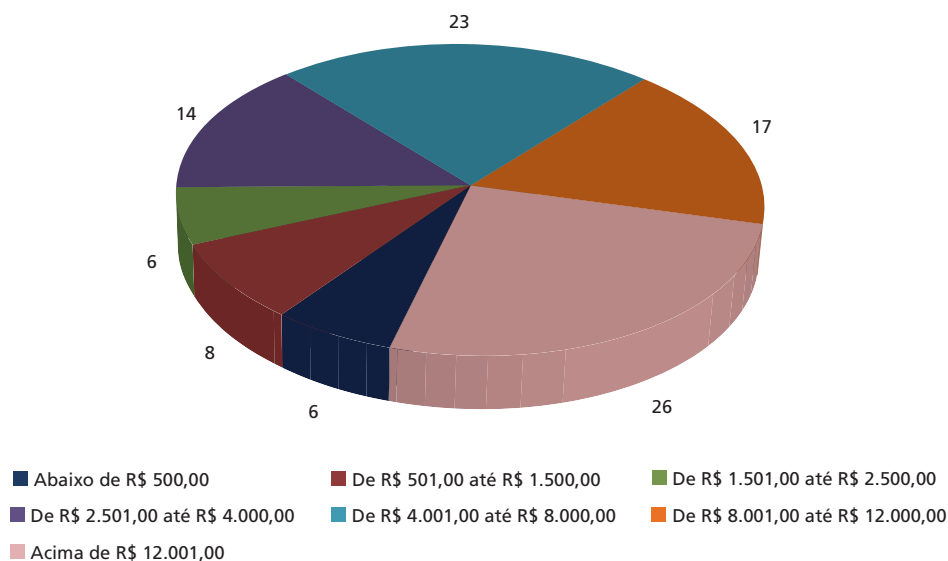
Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que existe no Conape uma predominância de conselheiros na faixa etária de 41 a 60 anos (57%). Dos demais, 20% declararam possuir mais de 60 anos, enquanto 17% disseram ter entre 31 e 40 anos e 6% não responderam.

4.2.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi mensurada por meio de faixas de renda. De acordo com o gráfico 8, 20% dos conselheiros declararam ter renda familiar mensal média de até R\$ 2.500,00. Os demais (80%) possuem uma renda familiar acima da média nacional (IBGE, 2010b). Destes, 14% possuem renda entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil e 23%, entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil. Dezesete por cento dos conselheiros declararam ter renda mensal maior que R\$ 8 mil e menor que R\$ 12 mil e 26% declaram a renda acima de R\$ 12 mil.

GRÁFICO 8

Conselheiros segundo a renda familiar média mensal
(Em %)



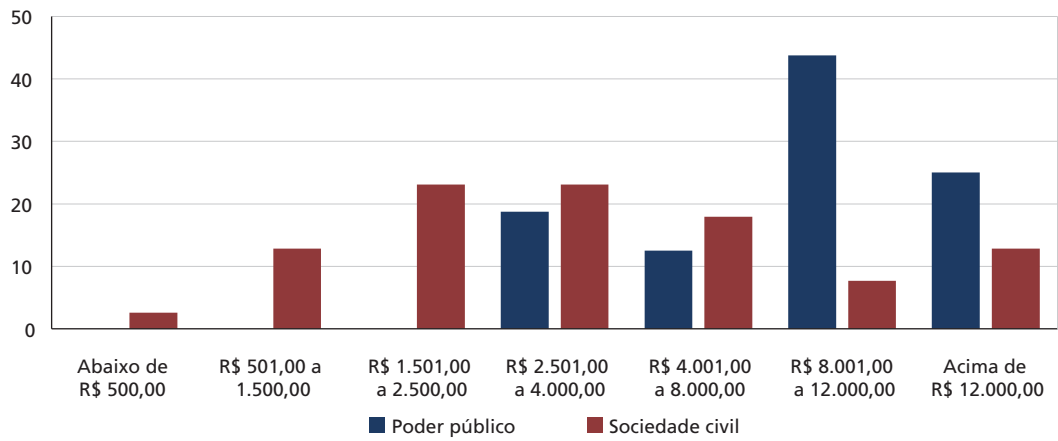
Elaboração dos autores.

Renda familiar mensal por segmento

Analisando a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), é possível perceber que as rendas mais altas (acima da média da família brasileira medida pela POF) são encontradas, sobretudo, entre os representantes do poder público. Entre eles, apenas um conselheiro declarou receber menos de R\$ 500,00. O restante recebe acima de R\$ 4.001,00 e a metade (seis conselheiros) ganha acima de R\$ 12 mil.

Entre os representantes da sociedade civil, as entidades do setor empresarial possuem os maiores valores de renda familiar mensal. Entre eles, a maioria recebe mais de R\$ 12 mil por mês. Os representantes dos movimentos sociais possuem faixas de renda mais variadas. Seis recebem até R\$ 2.500,00, quatro possuem renda mensal entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil e quatro recebem entre R\$ 4.001 até R\$ 8 mil. Os dois representantes das entidades de pesquisa e acadêmicas recebem entre R\$ 8.001,00 e R\$ 12 mil.

GRÁFICO 9
Renda familiar média mensal por setor
(Em %)

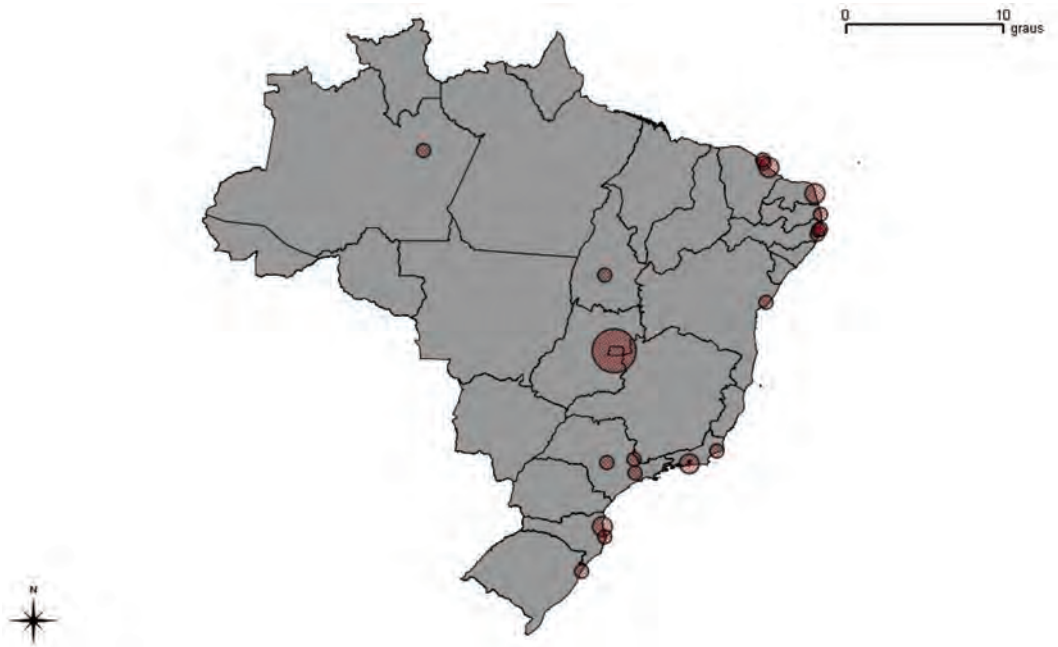


Elaboração dos autores.

4.2.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (mapa 1). Neste, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho refletem a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados na tabela 1.

MAPA 1
Distribuição geográfica dos conselheiros do Conape



Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se observar que no Conape existem conselheiros de todas as regiões do país: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. A maior concentração de conselheiros está nas regiões Nordeste e Centro-Oeste (com destaque para Brasília). Na região Sudeste, residem seis conselheiros, quatro na região Sul e apenas dois residem na região Norte.

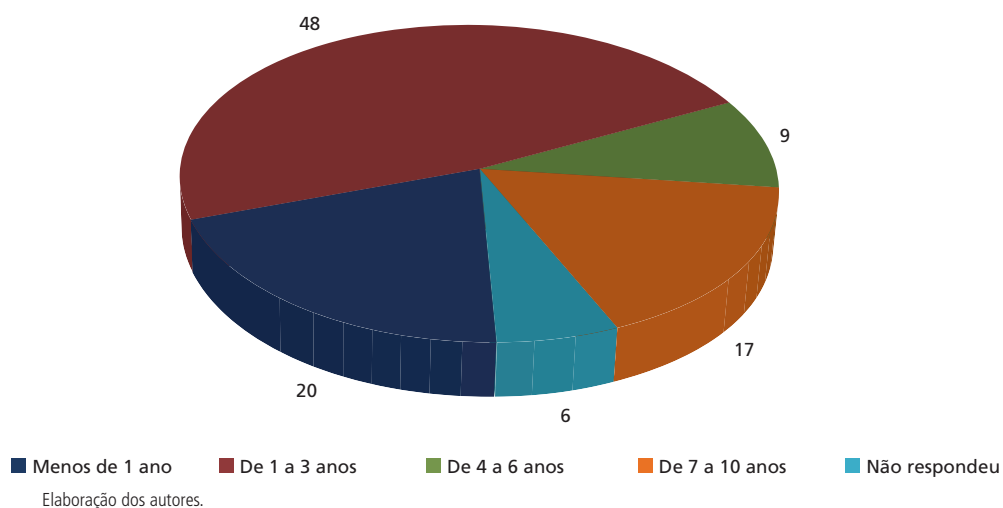
TABELA 1
Distribuição dos conselheiros por município

Município/UF de residência	Frequência
Brasília - DF	10
Beberibe - CE	2
Itajaí - SC	2
Natal - RN	2
Rio de Janeiro - RJ	2
Botucatu - SP	1
Brejinho de Nazaré - TO	1
Camaçari - BA	1
Capão da Canoa - RS	1
Eusébio - CE	1
Florianópolis - SC	1
Fortaleza - CE	1
Jaboatão dos Guararapes - PE	1
João Pessoa - PB	1
Manaus - AM	1
Monte Alegre do Sul - SP	1
Porto de Galinhas - PE	1
Quissamã - RJ	1
Recife - PE	1
São Paulo - SP	1
Não respondeu	2
Total	35

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

GRÁFICO 10
Conselheiros segundo o tempo no conselho
(Em %)

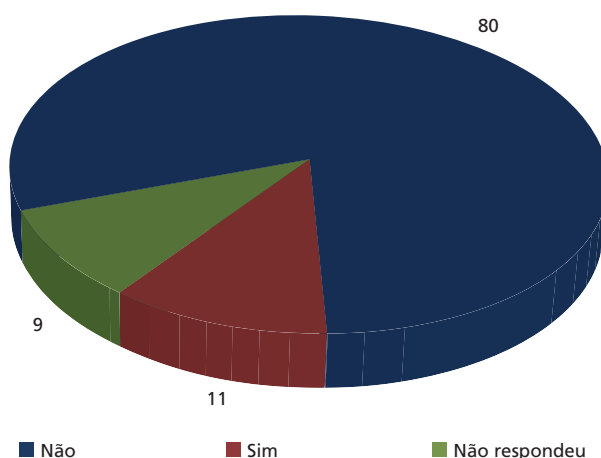


Observa-se, no gráfico 10, que 20% dos conselheiros estão no Conape há menos de um ano, 48% estão no conselho entre um e três anos, 9% estão entre quatro e seis anos e 17% são conselheiros entre sete e dez anos. Seis por cento não responderam.

4.2.9 Representação de outros setores dentro do conselho

GRÁFICO 11

Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
(Em %)



Elaboração dos autores.

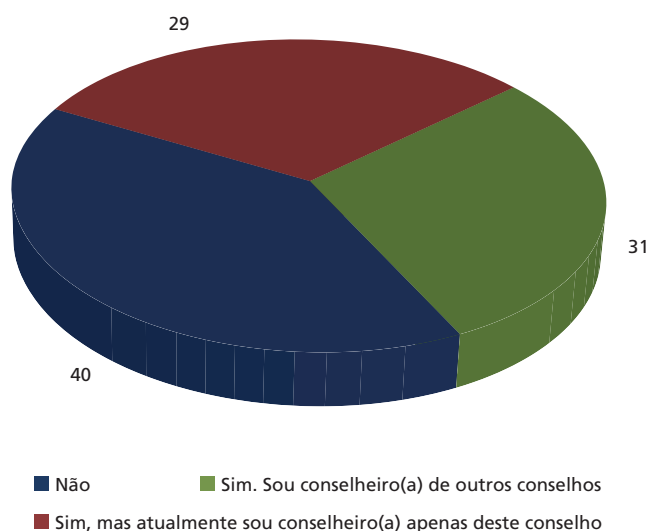
O gráfico 11 mostra que apenas 11% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores dentro do conselho, antes da representação atual, e 9% não responderam.

4.2.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do Conape.

GRÁFICO 12

Participação dos conselheiros em outros conselhos
(Em %)



Elaboração dos autores.

Quarenta por cento dos conselheiros disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 60% dos conselheiros já foram (29%) ou ainda são (31%) conselheiros de outros conselhos. Conforme é possível observar na tabela 2, 19 conselheiros especificaram a qual nível da Federação pertencia o outro conselho. Destes últimos, quatro

possuem apenas experiência com conselhos municipais e seis participam ou participaram somente de conselhos estaduais. Um conselheiro aponta ter ou ter tido experiência com conselhos municipais e estaduais dois atuam ou já atuaram em conselhos estaduais e nacional, dois atuam ou atuaram em conselhos nacionais e municipais.

TABELA 2
Atuação em conselhos fora do Conape

Tipo de conselho	Quantidade
Conselho apenas nacional	4
Conselho apenas estadual	6
Conselho apenas municipal	4
Conselhos nacional e estadual	2
Conselhos nacional e municipal	2
Conselhos estadual e municipal	1
Total	19

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 3
Resumo do perfil dos conselheiros do Conape

Sexo	17% do sexo feminino, 83% do sexo masculino
Cor/raça	60% dos conselheiros se declaram de cor branca; 23%, parda; 11%, preta; e 6%, amarela
Escolaridade	6% têm ensino fundamental; 14%, ensino médio; 3%, superior incompleto; 28%, superior completo; 46%, especialização ou pós-graduação; e 3% não responderam
Religião ou culto	43% não declararam e 34% são católicos
Faixa etária	57% têm entre 41 e 60 anos, 20% estão com mais de 60 anos, 17% têm entre 31 a 40 anos e 6% não responderam
Renda mensal média familiar	20% estão com renda mensal média de até R\$ 2.500, 14% têm entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil, 23% têm entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil, 17% têm entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil e 26% ganham acima de R\$ 12 mil
Tempo no conselho	20% estão a menos de 1 ano; 48%, entre 1 e 3 anos; 9%, de 4 a 6 anos; 17%, a mais de 7 anos; e 6% não responderam
Representação anterior de outros setores dentro do Conape	80% dos conselheiros nunca representaram outros setores dentro do Conape, apenas 11% já o fizeram e 9% não responderam
Participação em outros conselhos	60% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 40% responderam que não participam ou não participaram de outros conselhos

Fonte: Dados da pesquisa.

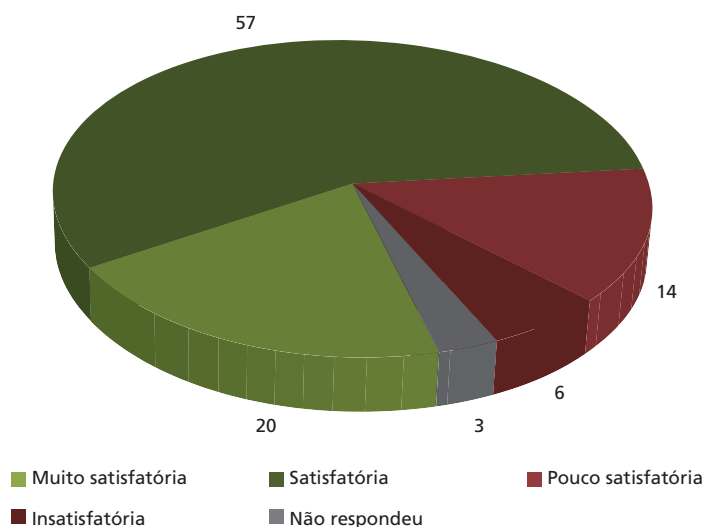
4.3 Bloco 2: atuação dos conselheiros(as)

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação como conselheiro, de interesses que eles entendem defender, da articulação entre setores do conselho e de interação e formas de comunicação com a base de apoio.¹ Os gráficos desta subseção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: “muito satisfatória”; “satisfatória”; “pouco satisfatória”; “insatisfatória”; e “não sabe/não se aplica”.

1. Considerou-se como *base de apoio* o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

4.3.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 13
Número total de conselheiros
(Em %)

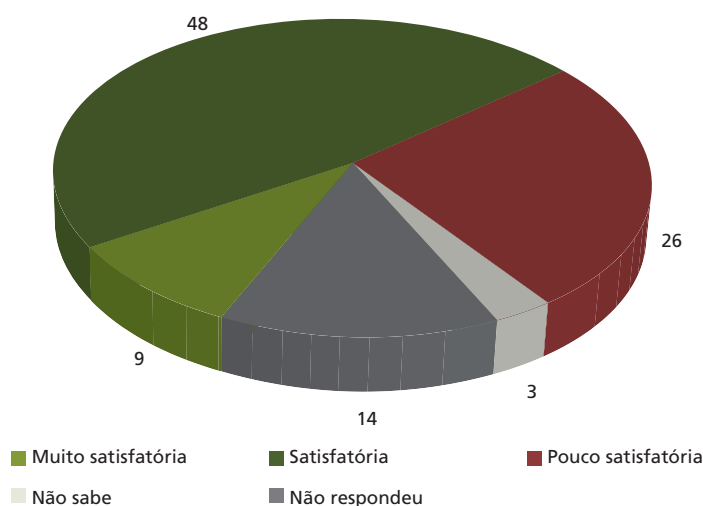


Elaboração dos autores.

Dos conselheiros do Conape que responderam ao questionário, a maioria (77%) considera o número total de conselheiros que compõe o conselho como satisfatório ou muito satisfatório. Quatorze por cento dos respondentes consideram o número de conselheiros pouco satisfatório e 6% avaliam o número como insatisfatório.

4.3.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados
(Em %)



Elaboração dos autores.

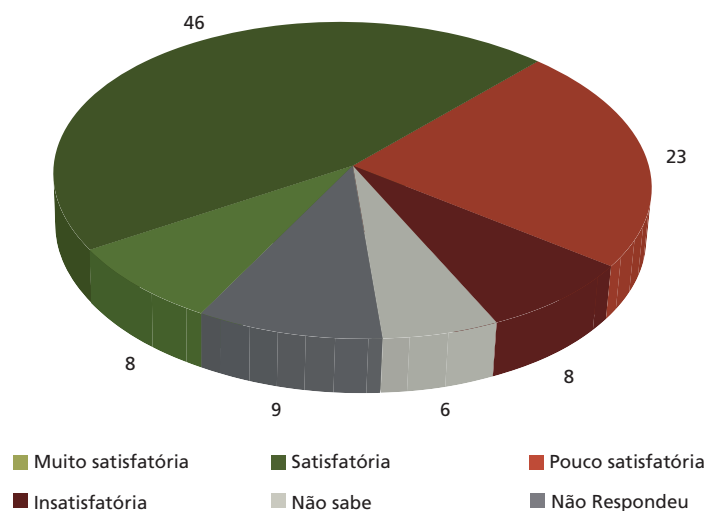
Como é possível observar pelo gráfico 14, 57% dos conselheiros consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Em contrapartida, 26% dos conselheiros consideram a diversidade interna pouco satisfatória. E, por motivos desconhecidos, 14% não responderam e 3% disseram não saber avaliar este quesito.

4.3.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

GRÁFICO 15

Número de conselheiros em cada setor

(Em %)

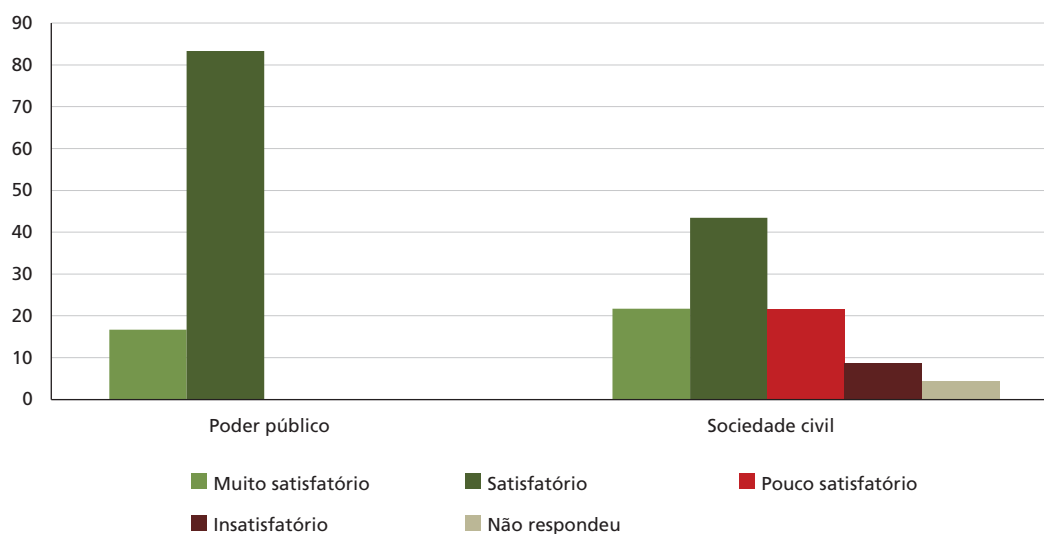


Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 15, 54% dos conselheiros consideram satisfatório ou muito satisfatório o número de conselheiros por setor. Trinta e um por cento avaliam-no como pouco satisfatório ou insatisfatório, 9% não responderam e 6% disseram não saber avaliar este aspecto.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada dessa questão, ao mostrar as respostas por segmento. Como é possível perceber, os membros representantes do poder público municipal, estadual e federal avaliam de forma mais positiva o número de conselheiros por setor da composição do Conape. Diferente dos representantes da sociedade civil (entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca, entidades empresariais e entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa), nenhum representante do poder público considerou como insatisfatória ou pouco satisfatória a divisão da composição.

GRÁFICO 16

Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento

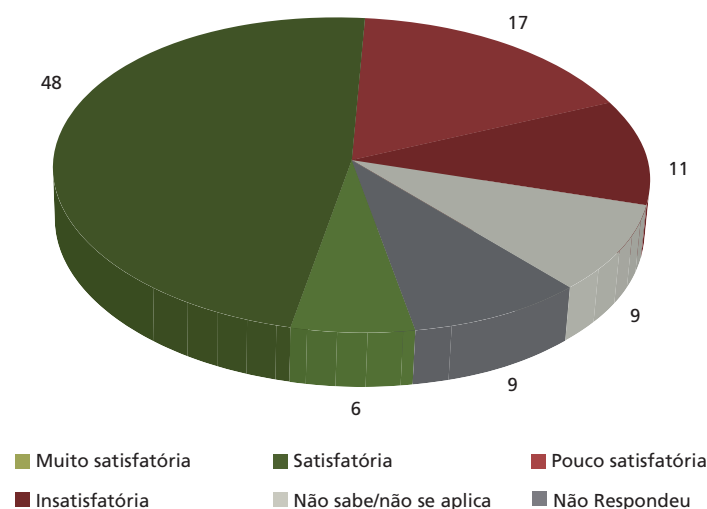
Elaboração dos autores.

4.3.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 17

Forma de escolha das entidades com assento no conselho

(Em %)



Elaboração dos autores.

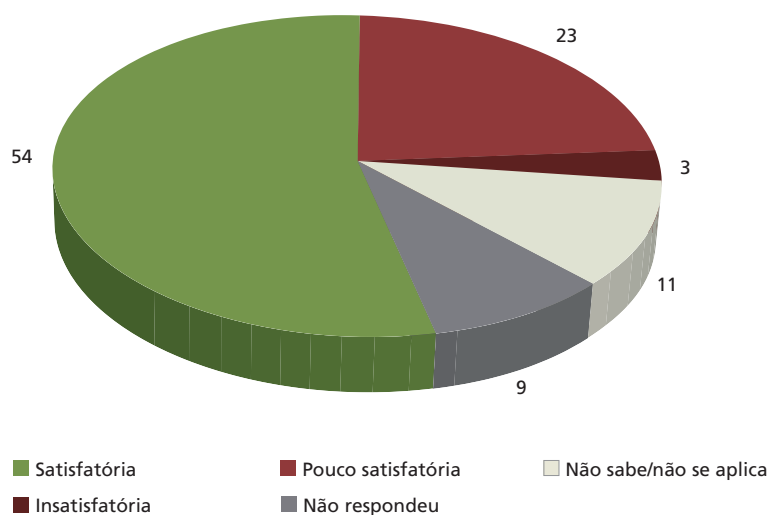
Em relação a esse aspecto, mais da metade dos conselheiros (54%) avaliaram a forma de escolha das entidades dentro do conselho como satisfatória ou muito satisfatória, ao passo que 28% se disseram insatisfeitos ou pouco satisfeitos com este aspecto. Dezoito por cento não responderam ou disseram não saber avaliar este quesito.

4.3.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 18

Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

(Em %)



Elaboração dos autores.

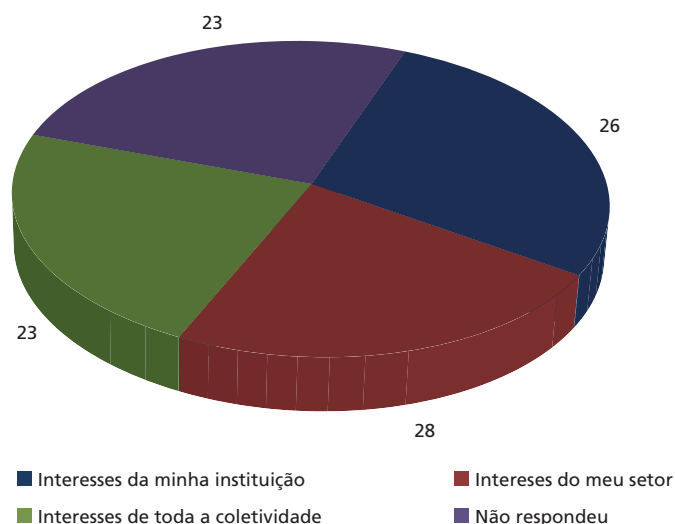
Cinquenta e quatro por cento do total de conselheiros avaliam como “satisfatória” a forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades. Vinte e seis por cento consideram-na pouco satisfatória ou insatisfatória, ao passo que 20% dos conselheiros marcaram a opção “não sabe” ou não responderam.

4.3.6 Interesses prioritários

A questão sobre interesses prioritários pedia que o conselheiro marcasse, em resposta à questão “na sua atuação no conselho, que interesses você defende prioritariamente?”, uma das seguintes opções: “nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais”; “interesses da minha instituição”; “interesses do meu setor”; “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; e “interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro.

Considerou-se, para fins de sistematização, apenas as respostas com uma marcação por prioridade. Foram desconsiderados os casos que tiveram mais de uma resposta para cada prioridade, o que aumentou significativamente o número de não respostas para a segunda e a terceira opções. Dessa maneira, optou-se por expor aqui apenas os resultados que refletem os interesses que os conselheiros disseram representar como primeira opção (gráfico 19).

GRÁFICO 19
Interesses prioritários (primeira opção)
(Em %)



Elaboração dos autores.

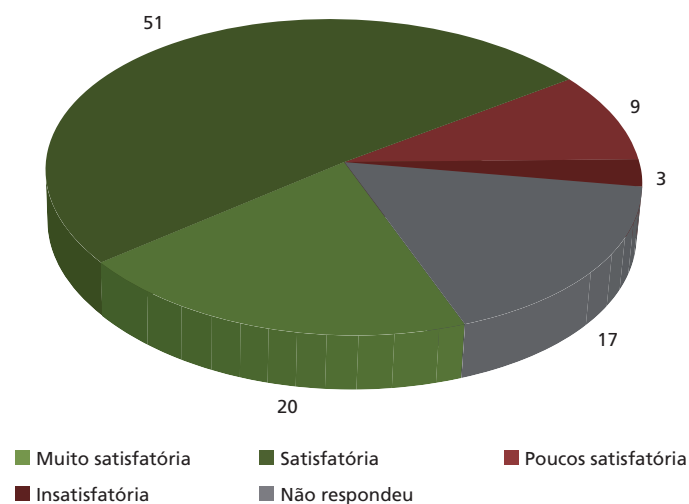
Conforme é possível verificar no gráfico 19, os interesses considerados como prioridade principal pelos conselheiros são os interesses do seu setor (28%) e de sua instituição (26%). Em seguida, estão os interesses de toda a coletividade (23%). Por motivos desconhecidos, 23% dos entrevistados não responderam à questão.

4.3.7 Avaliação do grau de articulação com os setores que compõem o conselho

Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho.

GRÁFICO 20

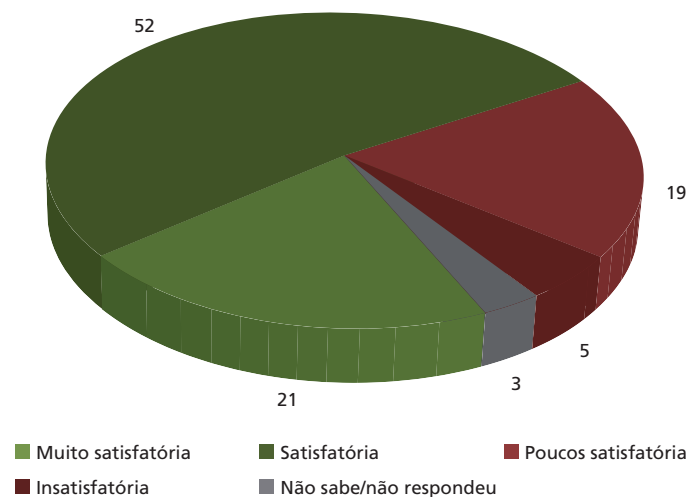
Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com o poder público
(Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 21

Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
(Em %)



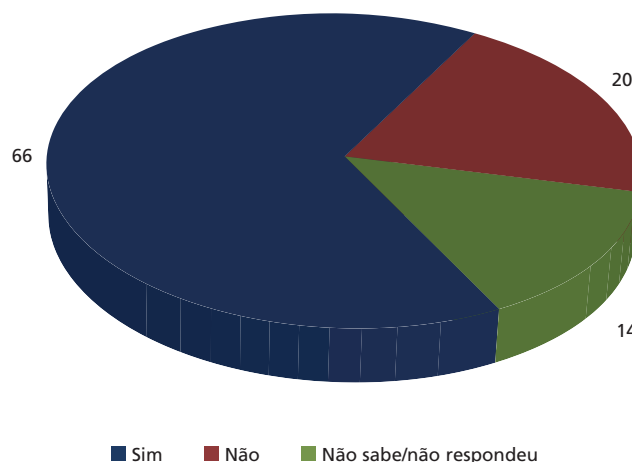
Elaboração dos autores.

É possível verificar que a maior parte dos conselheiros encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação tanto com os conselheiros representantes do poder público quanto com os da sociedade civil. De todo modo, nota-se que existe uma insatisfação maior no que se refere à articulação com a sociedade civil que com o poder público, apesar de 17% dos entrevistados não terem avaliado este aspecto em relação ao poder público.

4.3.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 22

Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
(Em %)



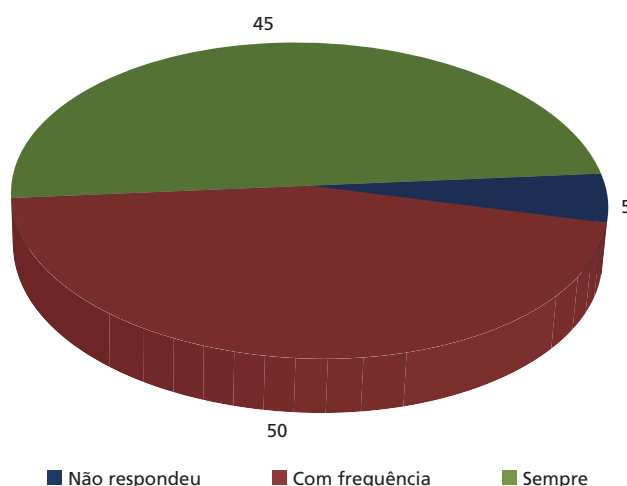
Elaboração dos autores.

Na resposta à questão “no exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?”, de forma geral, como é possível observar no gráfico 22, mais da metade dos conselheiros responderam possuir base. A maioria dos representantes da sociedade civil afirmou possuir base de apoio (86%) – ou seja, 19 conselheiros do total de 22 respondentes deste segmento. Entre os representantes do poder público, apenas 31% declararam possuir base de apoio, 46% afirmaram não possuir e 23% não responderam ou marcaram a opção “não sabe”.

4.3.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 23

Frequência de contato com a base de apoio
(Em %)



Elaboração dos autores.

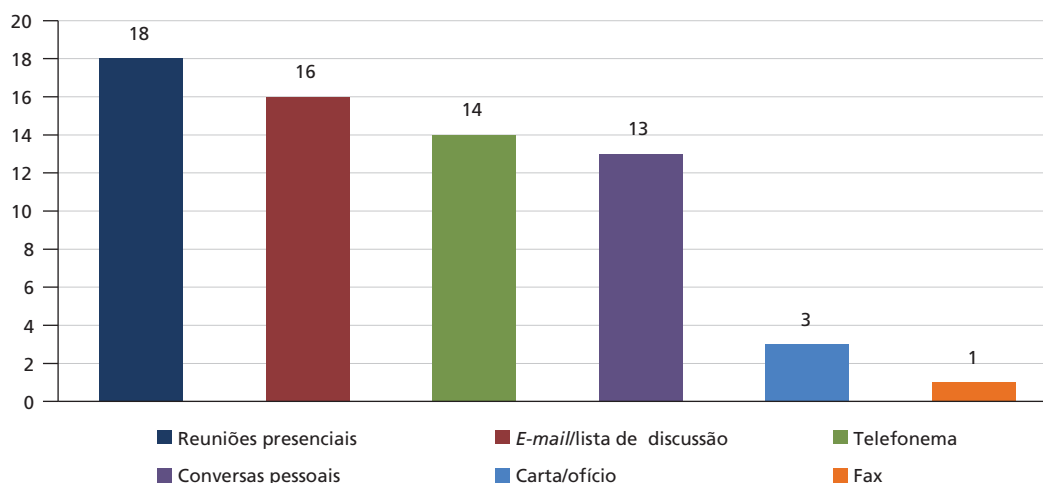
Entre os conselheiros que afirmaram possuir base de apoio. A maioria diz manter contato com sua base de apoio com frequência (50%) ou sempre (45%). Apenas 5% não responderam esta questão.

4.3.10 Formas de contato com a base de apoio

As principais formas de contato que os conselheiros do Conape utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 24 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 24

Principais formas de contato com a base de apoio
(Em %)



Elaboração dos autores.

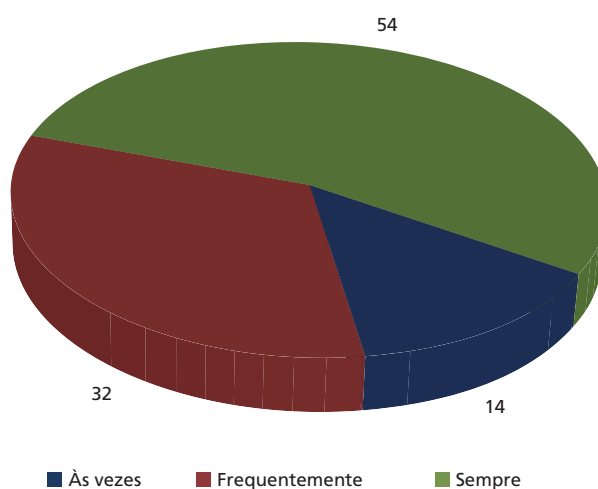
Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as reuniões presenciais (18), trocas de *e-mail* (16), telefonema (14) e conversas pessoais (13). As novas formas de relacionamento digital, como Orkut, Facebook, *homepage* institucional e mensagem/torpedo não são ferramentas utilizadas pelos conselheiros que participaram da pesquisa.

4.3.11 Frequência de consulta à base de apoio

Para definir/sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 25

Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
(Em %)



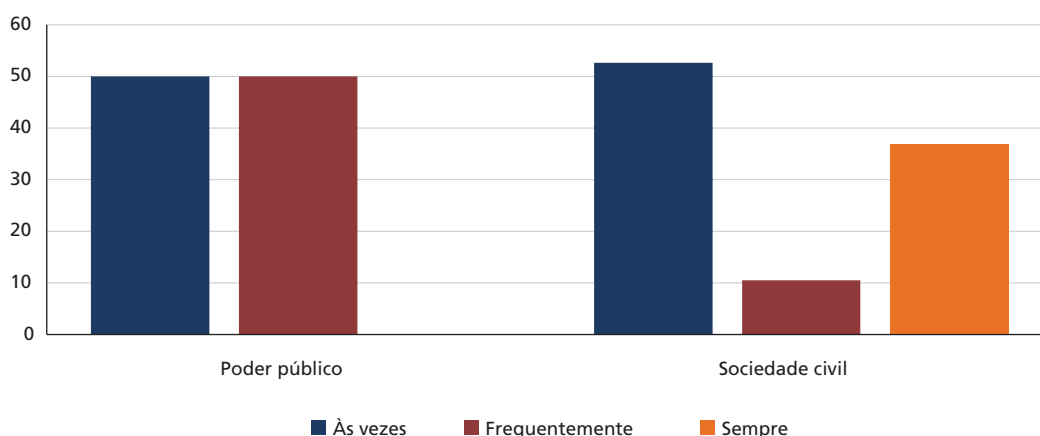
Elaboração dos autores.

Os conselheiros do Conape que possuem base de apoio afirmam, em sua maioria, comunicar-se sempre ou frequentemente com suas bases de apoio (86%) a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. Quatorze por cento afirmam comunicar-se com suas bases para esta finalidade apenas às vezes.

Quando se analisam as repostas por segmento (gráfico 26), percebe-se que os representantes da sociedade civil responderam mais vezes estar sempre em contato com a base de apoio, ao passo que nenhum representante do poder público consulta sua base sempre para este fim.

GRÁFICO 26

Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para definir posicionamento
(Em %)

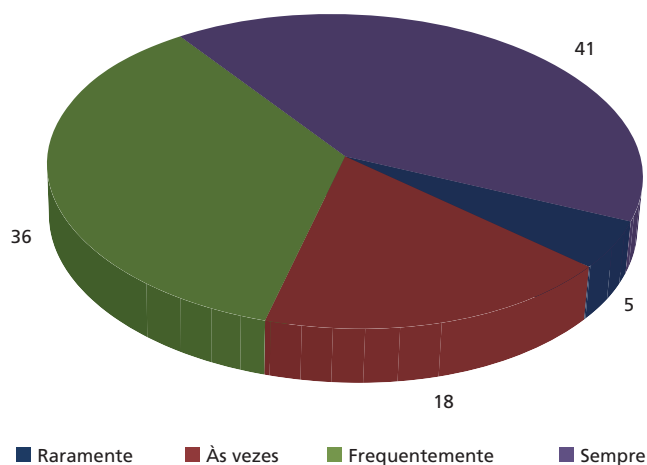


Elaboração dos autores.

Para relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 27

Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
(Em %)

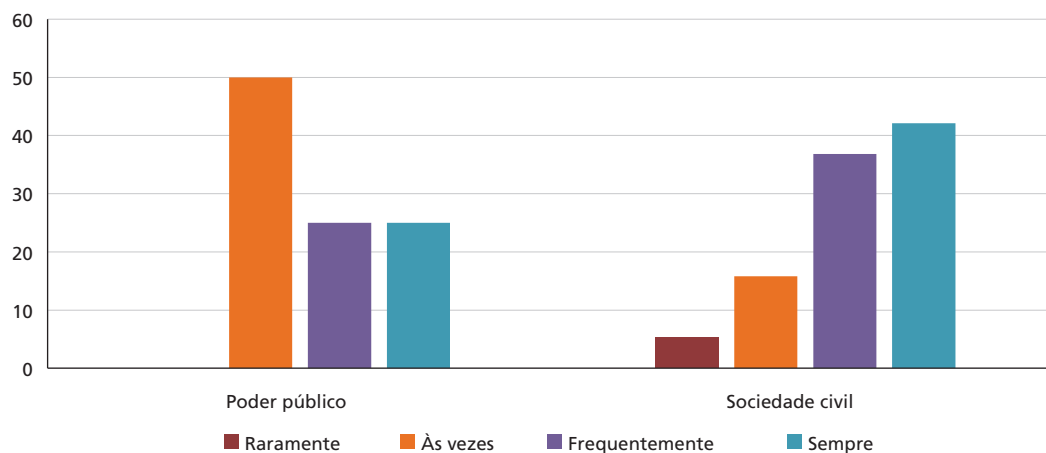


Elaboração dos autores.

Setenta e sete por cento dos respondentes afirmaram que a comunicação com as bases para relatar os debates e as deliberações ocorridas no conselho ocorre sempre e frequentemente. Vinte e três por cento afirmaram que este contato ocorre às vezes ou raramente.

GRÁFICO 28

Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
(Em %)



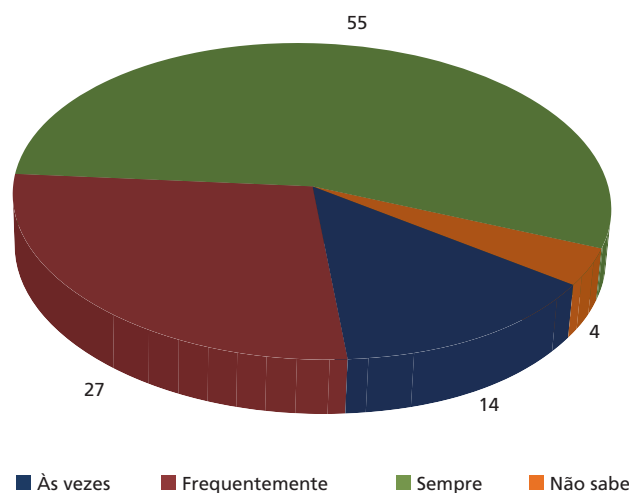
Elaboração dos autores.

O gráfico 28 mostra, mais uma vez, a distribuição de respostas a essa questão por setor e revela que os conselheiros representantes da sociedade civil consultam mais as suas bases sempre ou frequentemente que os membros representantes do poder público para relatar os debates e as deliberações ocorridas no conselho.

Para prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 29

Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
(Em %)

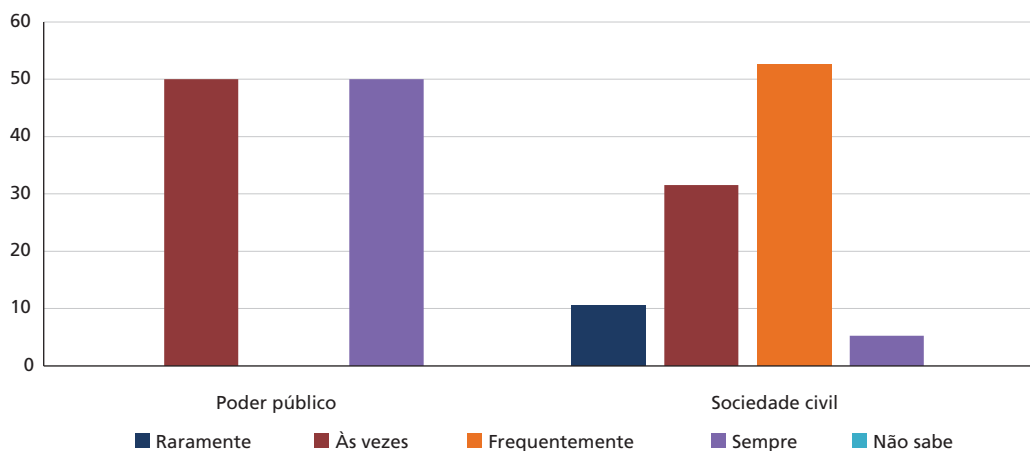


Elaboração dos autores.

Observa-se que a proporção de conselheiros que afirmam consultar a base “frequentemente” ou “sempre” aumenta para 82% no que se refere à consulta para prestação de contas. Na análise das respostas por segmento (gráfico 30), observa-se que o poder público realiza contato com sua base “sempre” ou “às vezes” e a maioria dos representantes da sociedade civil procura sua base para esta finalidade frequentemente.

GRÁFICO 30

Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
(Em %)

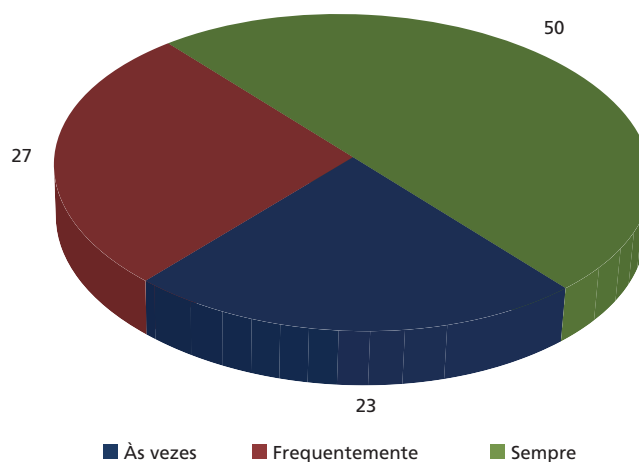


Elaboração dos autores.

Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 31

Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
(Em %)

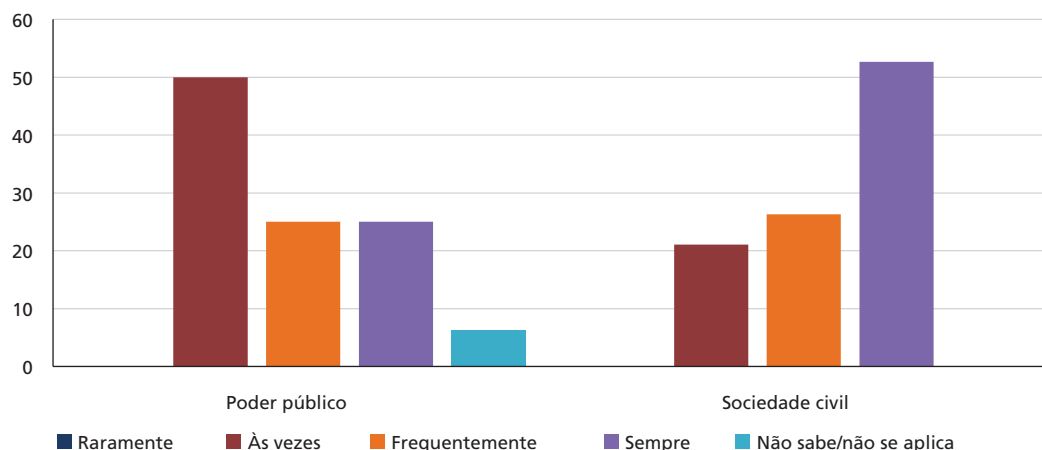


Elaboração dos autores.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, o número elevado de conselheiros que disseram o fazer frequentemente ou sempre se mantém elevado (77%). Vinte e três por cento disseram entrar em contato às vezes para este fim. Nas respostas por segmento, ilustradas no gráfico 32, os representantes da sociedade civil se mantêm entre os que consultam a base de apoio com mais frequência.

GRÁFICO 32

Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações (Em %)



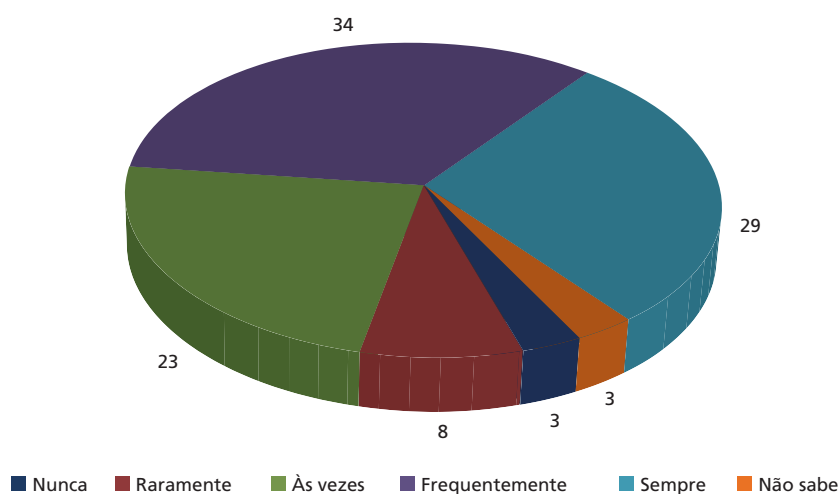
Elaboração dos autores.

4.4 Bloco 3: funcionamento do conselho

4.4.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do Conape corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 33

Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor (Em %)



Elaboração dos autores.

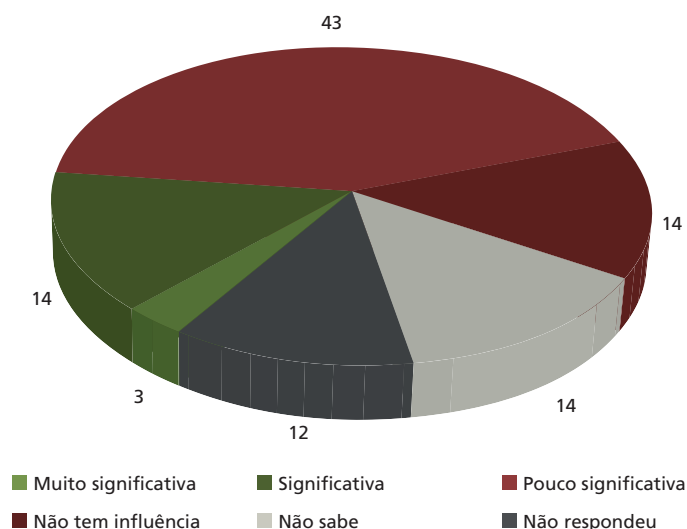
De acordo com o gráfico 33, 63% dos respondentes afirmaram atuar de forma correspondente aos interesses do seu setor representado sempre ou frequentemente. Vinte e três por cento responderam que às vezes atuam desta maneira, 8% raramente e 3% nunca. Três por cento marcaram a opção “não sabe”.

4.4.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nesta questão, o objetivo é obter a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o Conape poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e de implementação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do CN

GRÁFICO 34
Influência na agenda do CN
(Em %)

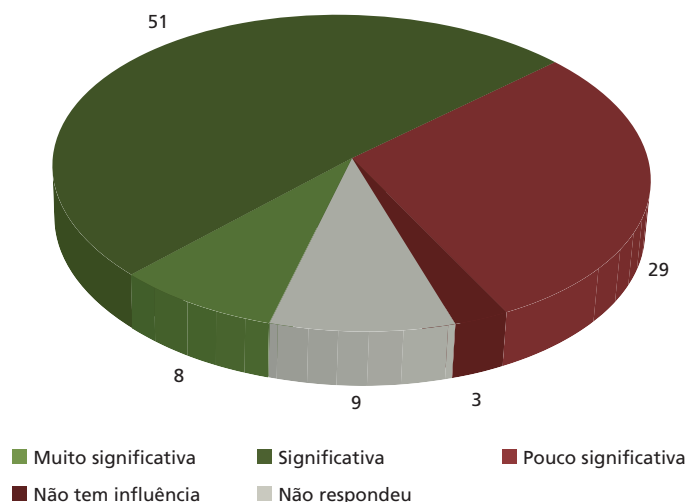


Elaboração dos autores.

Cinquenta e sete por cento dos conselheiros consideram a influência do Conape sobre a agenda do CN pouco significativa ou sem influência. Entre os que consideram haver alguma influência, 14% acreditam que esta é significativa, enquanto apenas 3% acham que ela é muito significativa. Vinte e seis por cento dos conselheiros não responderam ou não sabiam opinar sobre esta questão.

Influência do conselho nas políticas públicas do MPA

GRÁFICO 35
Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do MPA
(Em %)



Elaboração dos autores.

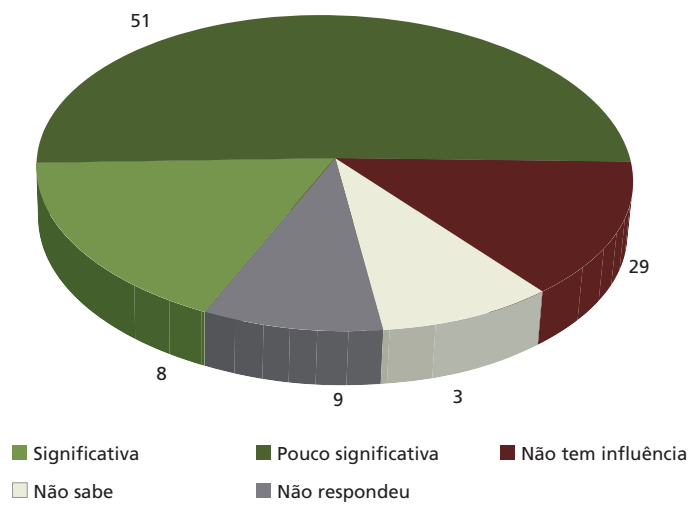
No que se refere à influência sobre as políticas do MPA, órgão ao qual o conselho é vinculado, nota-se que 59% dos conselheiros acreditam que esta é significativa ou muito significativa. Vinte e nove por cento acreditam que a influência é pouco significativa e

apenas 3% consideram que o conselho não tem nenhuma influência sobre as políticas promovidas pelo MPA. Nove por cento não responderam.

Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais se articula, 51% consideram a influência do conselho como pouco significativa e apenas 17% consideram a influência significativa. Ainda 14% dos conselheiros acreditam que o conselho não exerce influência nas políticas dos demais ministérios. Por motivos desconhecidos, 18% dos conselheiros marcaram a opção “não sabe” ou não responderam ao item.

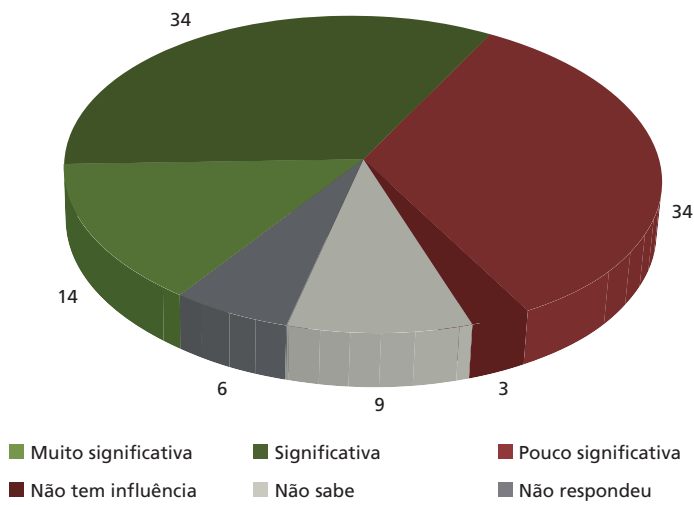
GRÁFICO 36
Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
(Em %)



Elaboração dos autores.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 37
Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
(Em %)



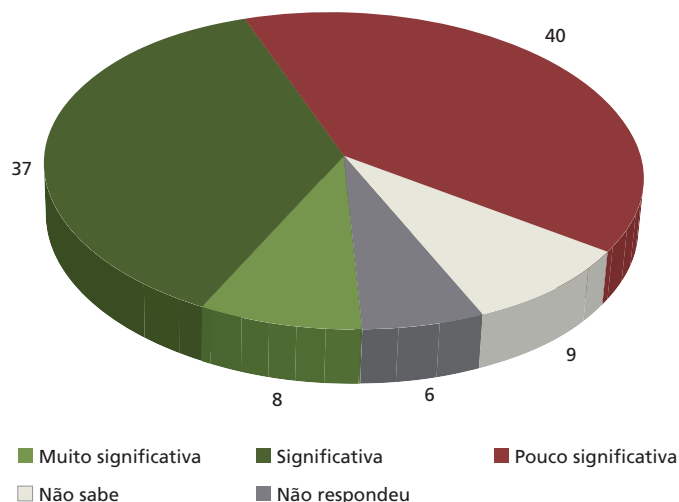
Elaboração dos autores.

Quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil, 48% consideram que a influência do conselho nas iniciativas da sociedade é muito significativa ou significativa. Por seu turno, 34% consideram que a influência é pouco significativa e apenas 3% afirmam que as ações não têm influência. Seis por cento não responderam e 9% marcaram a opção “não sabe”.

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 38

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
(Em %)



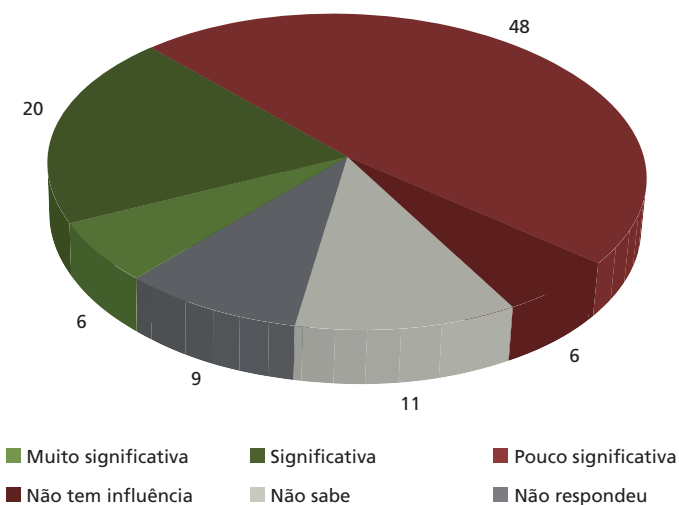
Elaboração dos autores.

Quando se aborda a influência sobre o setor privado, 40% consideram que a influência do conselho é pouco significativa e 37% percebem que a influência do conselho nas iniciativas do setor privado é significativa. Apenas 8% consideram a influência muito significativa. Nove por cento marcaram a opção “não sabe” e 6% não responderam.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 39

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
(Em %)



Elaboração dos autores.

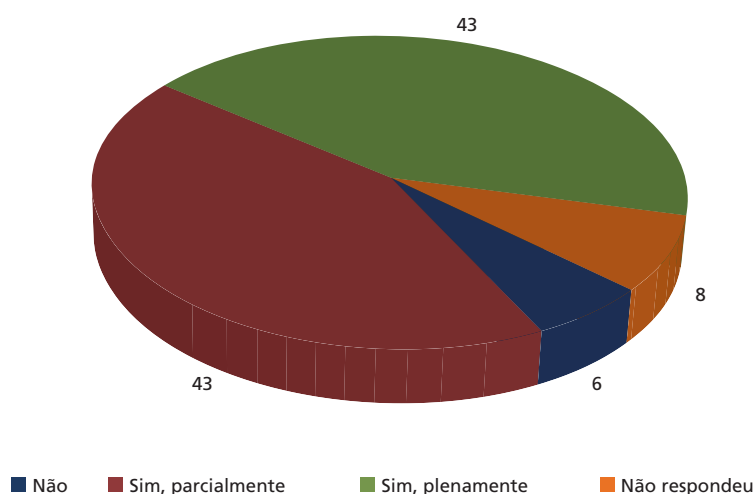
Por fim, quanto à influência do Conape na percepção da opinião pública, nota-se que a maior parte (48%) dos conselheiros a avalia, como pouco significativa e 6% como sem influência. Somente 20% consideram esta influência significativa e 6%, muito significativa.

4.4.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se dessa forma: “em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?”. Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia as opções: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 40

Compreensão dos assuntos tratados no conselho
(Em %)



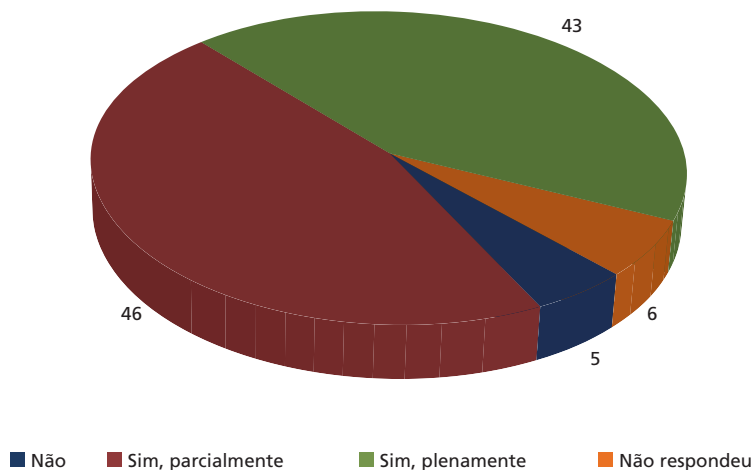
Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 40 ilustra, a maioria dos conselheiros acredita que os conselheiros compreendem os assuntos tratados no conselho parcialmente (43%) ou plenamente (43%). Seis por cento consideram que os assuntos não são compreendidos pelos conselheiros e 8% não responderam.

4.4.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 41

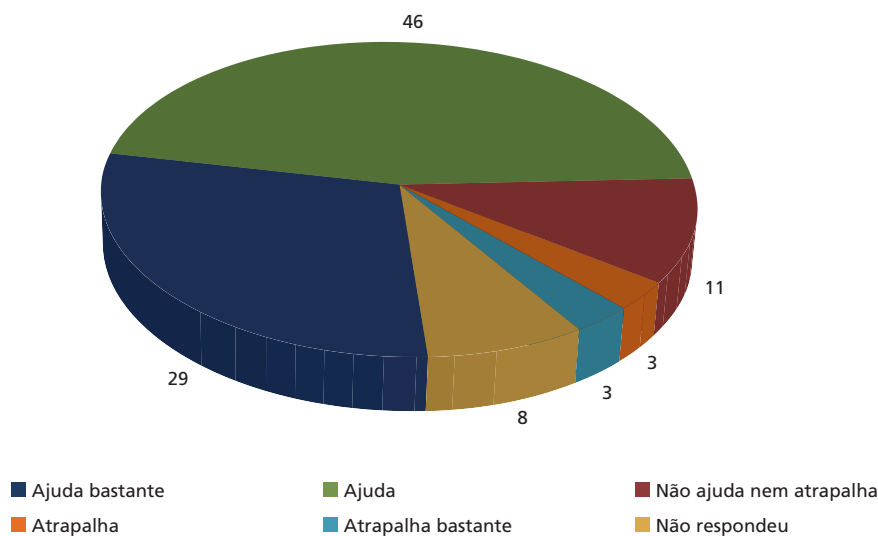
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
(Em %)

Para essa questão, o resultado acompanha o do item sobre a compreensão dos assuntos tratados. A proporção entre conselheiros que acreditam que a linguagem utilizada é compreendida plenamente e conselheiros que consideram que essa compreensão ocorre apenas parcialmente mantém-se equilibrada, respectivamente 43% e 46%. Apenas 5% dos respondentes acreditam que a linguagem não é bem compreendida pelos conselheiros e 6% não responderam.

4.4.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

Neste item, pediu-se aos conselheiros para avaliar a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem.

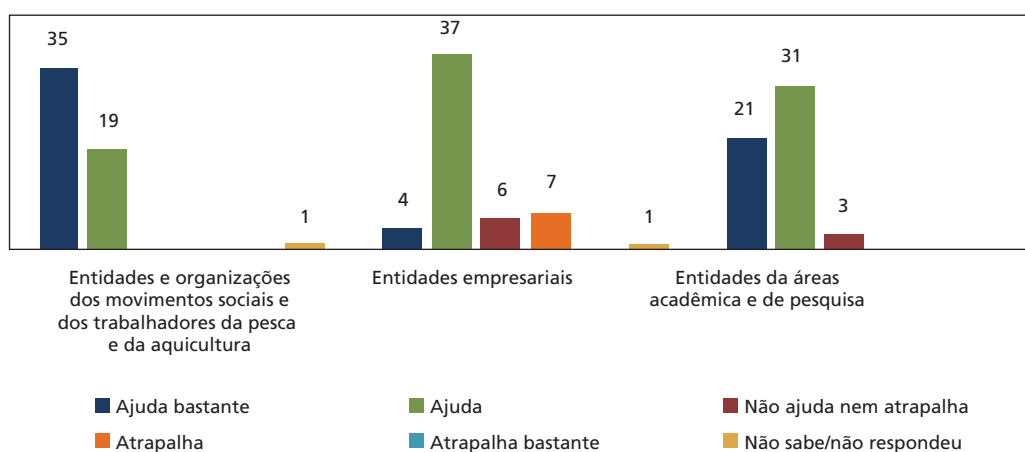
GRÁFICO 42

Atuação do poder público
(Em %)

O gráfico 42 mostra que a percepção em torno da atuação de representantes do poder público é, sobretudo, positiva. Vinte e nove por cento consideram que o poder público ajuda bastante; 46% avaliam que ele ajuda. Onze por cento percebem que o poder público não ajuda e nem atrapalha, e 6% consideram que apenas atrapalha ou que atrapalha bastante.

De acordo com o gráfico 43, os conselheiros avaliam de forma positiva a atuação, dentro do conselho, dos setores da sociedade civil que o compõem. Ora os conselheiros avaliam que a atuação dos setores ajuda, ora consideram que esta atuação ajuda bastante.

GRÁFICO 43
Atuação da sociedade civil
(Em %)



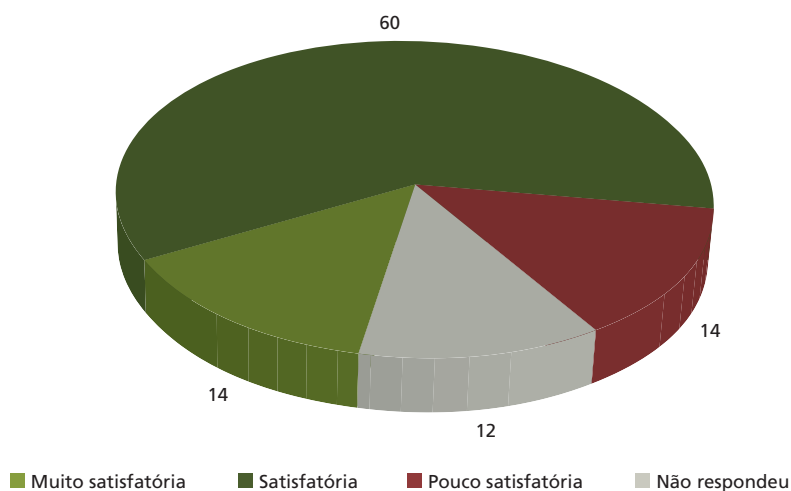
Elaboração dos autores.

4.4.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Avaliar-se-á, então, o nível de satisfação dos conselheiros com as estruturas administrativas e organizacionais do Conape.

Avaliação da Secretaria Executiva do Conape

GRÁFICO 44
Secretaria Executiva do Conape
(Em %)



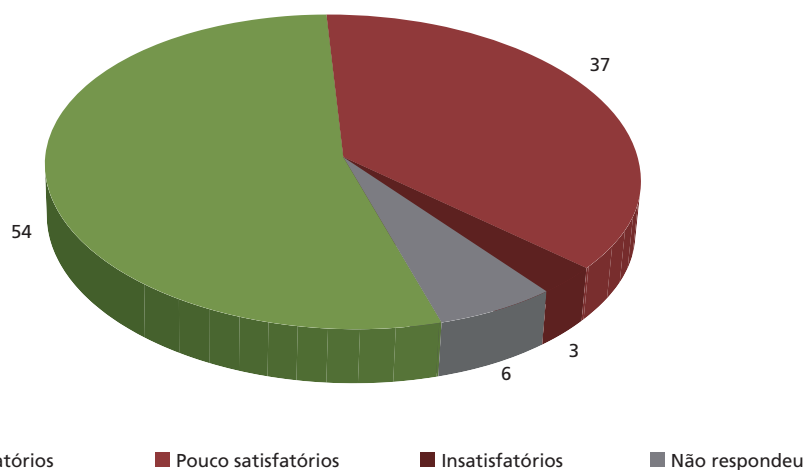
Elaboração dos autores.

No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva do Conape, a maioria dos conselheiros acredita que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são muito satisfatórios (14%) ou satisfatórios (60%). Apenas 14% afirmaram que são poucos satisfatórios e 12% não responderam.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, *website*, publicações)

GRÁFICO 45

Meios de divulgação e comunicação
(Em %)



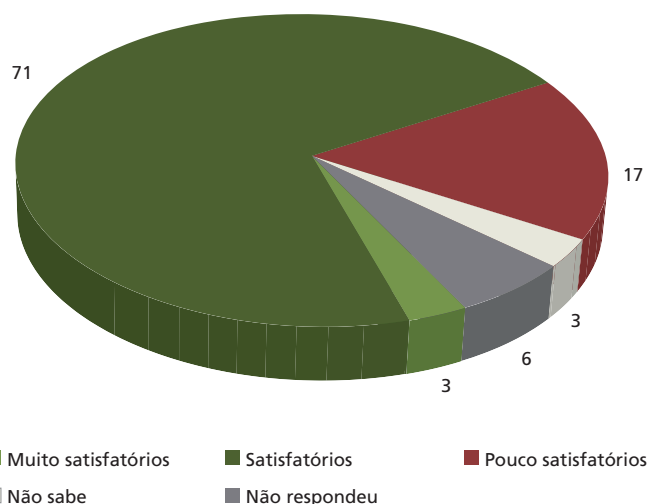
Elaboração dos autores.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação do Conape, 54% avaliam-nos como satisfatórios e 40%, como pouco satisfatórios ou insatisfatórios.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 46

Regimento interno e resoluções
(Em %)

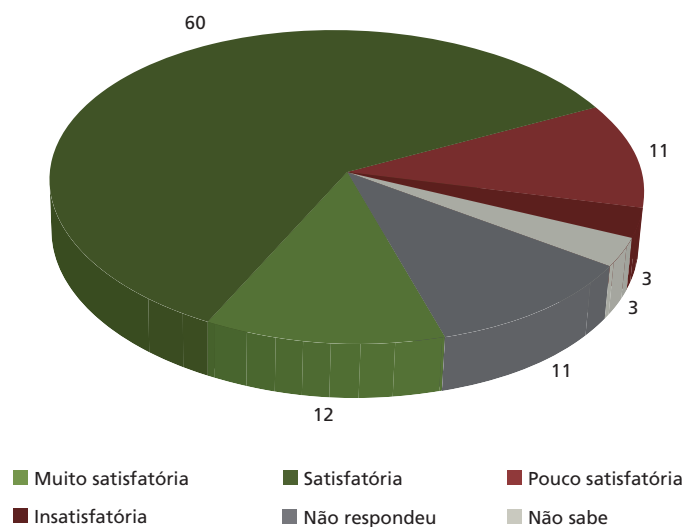


Elaboração dos autores.

Conforme ilustra o gráfico 46, 74% dos conselheiros consideram as resoluções e o regimento interno do Conape satisfatórios ou muito satisfatórios, ao passo que 17% consideram-nos pouco satisfatórios. Três por cento não saberiam dizer e 6% não responderam.

Avaliação da Presidência do Conape

GRÁFICO 47
Presidência do Conape
(Em %)

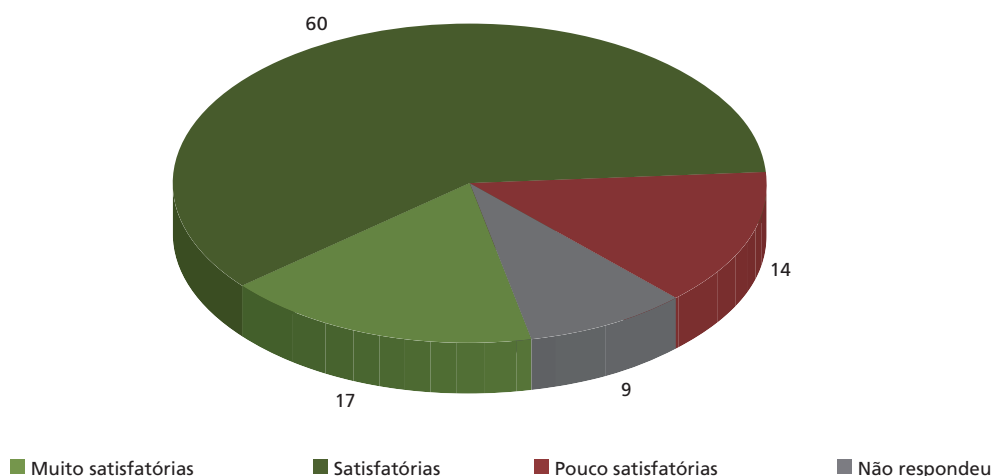


Elaboração dos autores.

No que se refere à Presidência do Conape, o gráfico 47 mostra uma avaliação bastante positiva de sua atuação, sendo que a maioria dos conselheiros considera-a muito satisfatória (12%) ou satisfatória (60%). Por seu turno, uma parcela dos conselheiros considera-a pouco satisfatória (11%) e insatisfatória (3%). Três por cento dos conselheiros não sabiam avaliar e 11% não responderam.

Avaliação das plenárias do conselho

GRÁFICO 48
Avaliação das plenárias
(Em %)



Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o andamento das plenárias do Conape, de acordo com a visão dos conselheiros. Neste caso, a avaliação foi positiva. A maior parte dos respondentes considerou que a atuação das plenárias é muito satisfatória (17%) ou satisfatória (60%). Apenas 14% consideraram as plenárias pouco satisfatória e 9% não responderam.

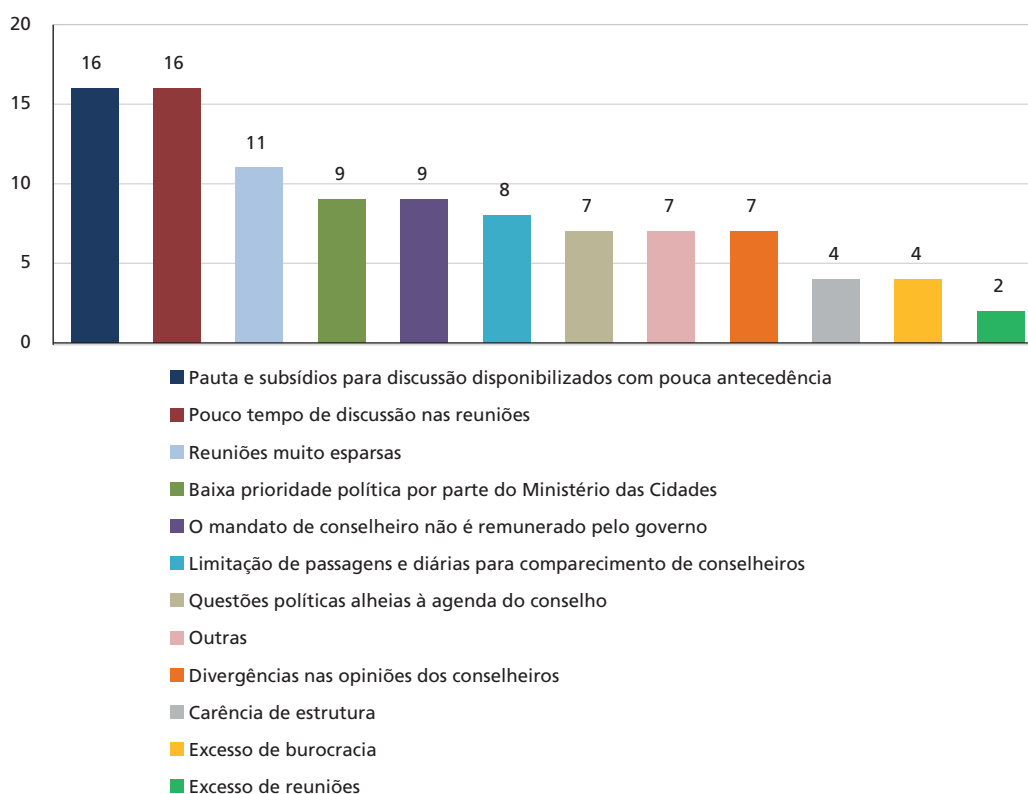
4.4.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no que se refere ao andamento do Conape. O gráfico 49 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria. É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são o fato de a pauta e os subsídios para as reuniões serem disponibilizados com pouca antecedência (16) – algo que impediria uma preparação maior dos conselheiros para os encontros –, bem como o pouco tempo de discussão nas reuniões (16) e o fato das reuniões serem esparsas (11) – dois fatores que limitariam a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais exaustiva.

Entre as outras opções com maior frequência de respostas estão: a baixa prioridade política dada ao conselho por parte do MPA (9) e o fato do mandato não ser remunerado pelo governo (9).

GRÁFICO 49

Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho
(Em %)



Elaboração dos autores.

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto a que tipo de ações poderiam ser implementadas para melhoria da atuação do Conape. Vinte e cinco conselheiros responderam à questão 27 e 24 responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do Conape

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas categorias listadas na quadro 3.

QUADRO 3
Pontos fortes do Conape

Pontos fortes	Número de respostas
Articulação e mobilização entre atores	8
Capacidade/conhecimento e especialização temática e formação e atuação dos conselheiros	7
Representatividade e diversidade/pluralidade	4
Capacidade de produzir políticas públicas (propostas e demandas consistentes relacionadas ao tema)	4
Espaço de debate qualificado e transparente sobre temas relevantes/importantes	4
Participação nas conferências nacionais	2
Articulação da base	1
Garantia de sustentabilidade da pesca artesanal	1
Não tem ponto positivo	1
Não respondeu	10

Fonte: dados da pesquisa.

Como é possível perceber, a partir quadro 3, os aspectos mais mencionados como ponto forte do conselho estavam relacionados, de um modo geral, com a capacidade de atuação e engajamento dos conselheiros. Como ponto forte, eles mencionaram a articulação e a mobilização dos atores (8), o conhecimento e a especialização temática dos conselheiros (7) e na a representatividade baseada na pluralidade e diversidade de atores envolvidos com a temática (4). Além disso, eles apontaram o conselho como um espaço capaz de produzir políticas públicas, demandas e propostas consistentes e relevantes relacionadas à temática (4), a partir de debates qualificados e transparentes (4).

Por fim, dois conselheiros perceberam que a participação do conselho nas conferências é um ponto forte; outro considerou que é a articulação da base que merece destaque. Outro ponto apontou a capacidade de o conselho garantir à sustentabilidade da pesca artesanal o aspecto mais relevante. Apenas um registrou que o conselho não tem ponto forte, alegando que, durante seu tempo de vivência no conselho, só percebeu que o mesmo enfrenta dificuldades para efetivar suas decisões tomadas internamente.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do Conape

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas na tabela 4.

TABELA 4
Sugestões de melhoria na atuação do Conape

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Aperfeiçoamento de reuniões e questões administrativas	8
Modificações nas regras do conselho	6
Maior presença/participação do ministro e de representantes do governo	4
Acolhimento de todas as propostas para debate	3
Implementação das decisões do conselho	2
Recursos para apoio de especialistas	2
Criar meios para potencializar a articulação entre segmentos dentro e fora do conselho	1
Diminuir disputas internas	1
Melhorar a relação do conselho com o MPA (seus funcionários)	1
Não respondeu	11

Fonte: dados da pesquisa.

Entre os respondentes, oito conselheiros mencionaram o aperfeiçoamento da dinâmica das reuniões e de questões administrativas como pontos que precisam ser aperfeiçoados para que o conselho funcione melhor. Estes conselheiros sugeriram a divulgação da agenda e da pauta com mais antecedência, assim como pediram que as pautas fossem mais detalhadas e aprofundadas. Solicitaram também um maior número de reuniões, a realização de três dias de encontro e mais um para encaminhamentos. Por fim, um conselheiro pediu que a agenda do conselho incluísse uma discussão mais aprofundada e focada nas questões mais relevantes. Outros cinco conselheiros apontaram questões para o melhoramento dos debates, como o acolhimento de todas as propostas nos debates (3), a existência de recursos para financiar a presença de especialistas que possam subsidiar os debates (2) e a diminuição de disputas internas durante as discussões (1).

Seis conselheiros apontaram que o conselho precisa modificar as regras para aperfeiçoar seu funcionamento. Antes eles, dois consideraram que o conselho precisa se tornar deliberativo, um apontou que o regimento interno precisa ser modificado e dois consideraram que as modificações necessárias estão relacionadas às regras sobre a atuação da Secretaria Executiva. Outro conselheiro sugeriu modificações nas regras que delimitam a representação e a composição do conselho de acordo com os segmentos.

Quatro conselheiros disseram que o ministro e os funcionários do MPA precisam estar mais presentes e atuar com mais afinco no Conape, e outro conselheiro apontou que é preciso estreitar e melhorar as relações entre o conselho e os funcionários do MPA.

Por fim, dois conselheiros apontaram que é preciso implementar as decisões tomadas no interior do conselho e outro apresentou que é necessária a criação de meios para potencializar a articulação entre os segmentos dentro e fora do conselho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros, foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do conselho e influência do conselho nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do Conape com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.

É importante ressaltar o que foi explicitamente considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplos de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais da pesca quanto para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Trata-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Alguns aspectos merecem destaque no que se refere às avaliações positivas por parte dos conselheiros. São eles: o número e a forma de escolha dos conselheiros no interior das entidades/órgãos e a articulação do conselho com o poder público e com a sociedade civil. Estruturas internas do Conape também foram bem avaliadas: a Secretaria Executiva, a Presidência, o Plenário e o regimento interno foram avaliados de forma positiva pelos conselheiros. A diversidade dos representantes, a forma de definição das entidades/órgãos e os meios de divulgação não receberam avaliação tão positiva.

Os conselheiros também apontaram como valor a capacidade de atuação e engajamento dos conselheiros, destacando que estes atores são capazes de produzir políticas públicas, demandas e propostas consistentes e relevantes relacionadas à temática, a partir de debates qualificados e transparentes realizados no interior do Conape.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo conselho, as questões indicadas pelos integrantes do Conape incluem: a pouca antecedência de disponibilização dos subsídios para a discussão nas reuniões; o pouco tempo reservado para as discussões nas reuniões; o pouco tempo de debate; e o grande intervalo entre estas reuniões.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria no processo participativo do Conape, podendo escrever livremente sobre o assunto. Sugere-se que o Conape aprofunde o debate sobre tais questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o trabalho do conselho; podem ser, além disso, questões importantes para futuros estudos.

- 1) Aperfeiçoamento de reuniões e questões administrativas. Os conselheiros apontaram que o conselho precisa modificar a dinâmica das reuniões e de algumas questões administrativas, para que o conselho aperfeiçoe seu funcionamento e sua atuação. Receber com antecedência a agenda e a pauta são tópicos importantes, pois os conselheiros precisam reservar um tempo em suas respectivas agendas para estudar os temas que serão discutidos nas reuniões do conselho. Eles também apontaram que as pautas precisam ser mais detalhadas e aprofundadas e que as reuniões precisam ser mais frequentes.
- 2) Melhoramento da dinâmica dos debates. Os conselheiros também apresentam a necessidade de mudança na dinâmica das reuniões e nos processos de definição de prioridades do conselho. Eles apontam questões relevantes para aumentar a produtividade dos debates, como acolher as diversas propostas existentes, em um processo de menos disputa, assistido por especialistas que possam subsidiar as discussões em pauta. Os conselheiros também apontaram que o Conape precisa realizar debates que aprofundem as questões em pauta.
- 3) Mudança nas regras do conselho. Os conselheiros também apontaram que é preciso modificar as regras do conselho para que este se torne deliberativo, uma vez que o regimento interno do Conape o define como órgão colegiado de caráter consultivo que tem como função a proposição e a formulação de políticas. A partir das respostas dadas pelos conselheiros, pode-se supor que eles percebem que o Conape precisa ter mais subsídios para tornar efetivas as decisões tomadas no seu interior, como foi apontado por outros conselheiros que apresentaram que, para aperfeiçoar o conselho, é preciso implementar as decisões tomadas. Outros consideram que o conselho precisa modificar regras relacionadas ao regimento interno, à atuação da Secretaria Executiva e à composição do conselho de acordo com os segmentos.
- 4) Participação e atuação de membros do Ministério da Pesca e Aquicultura. De acordo com os conselheiros, é preciso estreitar e melhorar as relações entre o conselho e os funcionários do MPA. De acordo com estes apontamentos, é possível supor que os conselheiros consideram que é preciso dar legitimidade às atividades exercidas no interior do Conape, a partir de uma participação mais efetiva do ministro e de representantes do governo nas atividades e nas reuniões do conselho.

Por fim, ressalte-se que as questões para debate aqui apresentadas serão aprofundadas na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 21 conselhos e das três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Calendário das conferências**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.reformapolitica.org.br/noticias/agenda/269-conferencias-nacionais-previstas-para-2011-2012.html>>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **Revista Pegada**, v. 10, n. 2, 1 dez. 2009.

DIAS NETO, J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais: um registro para o futuro. **Revista CEPSUL: biodiversidade e conservação marinha**, v. 1, n. 1, p. 66-80, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>.

_____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. 2010b.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

TIAGO, G. G. **Aquicultura, meio ambiente e legislação**. [s.d.]. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftppeca/aquicultura.pdf>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSELHEIROS

Observação para facilitar o preenchimento:

Setor – Considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do poder público e da sociedade civil. Sendo esta última subdividida em: *i)* entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura; *ii)* entidades da área empresarial; e *iii)* entidades da área acadêmica e de pesquisa.

Base de apoio – Considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

1) Sexo:

1. () Masculino 2. () Feminino

2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):

1. () Branca 2. () Preta 3. () Amarela 4. () Parda
5. () Indígena

3) Escolaridade:

- | | | |
|---------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| 1. () Ensino fundamental | 2. () Ensino médio | 3. () Superior incompleto |
| 4. () Superior completo | 5. () Especialização | 6. () Mestrado incompleto |
| 7. () Mestrado completo | 8. () Doutorado incompleto | 9. () Doutorado completo |

4) Qual sua religião ou culto? _____

5) Faixa etária:

1. () até 20 anos 2. () de 21 a 30 anos 3. () de 31 a 40 anos
4. () de 41 a 60 anos 5. () mais de 60 anos

6) Renda familiar mensal (média)

- | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 1. () Abaixo de R\$ 500 | 2. () De R\$ 500 até R\$ 1.500 |
| 3. () De R\$ 1.501 até R\$ 2.500 | 4. () De R\$ 2.501 até R\$ 4.000 |
| 5. () De R\$ 4.001 a R\$ 8.000 | 6. () De R\$ 8.001 a R\$ 12.000 |
| 7. () Acima de R\$ 12.001 | 8. () Não sabe |

7) Município/UF de residência: _____

8) Situação no conselho:

1. () Titular 2. () Suplente
3. () Não sabe 4. () Outros _____

8.1) Nome da organização que representa no conselho: _____**9) Setor de representação a que pertence:**

1. () Poder público 2. () Sociedade civil – entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura
3. () Sociedade civil – Entidades da área empresarial 4. () Sociedade civil – Entidades da área acadêmica e de pesquisa

10) Há quanto tempo é conselheiro(a) deste conselho? (Tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).

1. () Menos de 1 ano 2. () De 1 a 3 anos 3. () De 4 a 6 anos
4. () De 7 a 10 anos 5. () Mais de 10 anos 6. () Não sabe/não se aplica

11) No seu período neste conselho, já representou outros setores?

1. () Não.
2. () Sim. **Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):**

1. () Poder público 2. () Sociedade civil – Entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura
3. () Sociedade civil – Entidades da área empresarial 4. () Sociedade civil – entidades da área acadêmica e de pesquisa

12) Além deste conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

1. () Não
2. () Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho
3. () Sim, sou conselheiro(a) de outros conselhos.

12.1) Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):

1. () Conselhos nacionais
2. () Conselhos estaduais
3. () Conselhos municipais/locais

BLOCO 2: ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

13) Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Número total de conselheiros(as)	()	()	()	()	()
2. Diversidade de setores representados	()	()	()	()	()
3. Número de conselheiros em cada setor	()	()	()	()	()
4. Forma de escolha das entidades com assento no conselho	()	()	()	()	()
5. Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades	()	()	()	()	()

14) Na sua atuação no conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um "X" sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
2. Interesses da minha instituição	()	()	()
3. Interesses do meu setor	()	()	()
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
5. Interesses de toda a coletividade	()	()	()
6. Não sabe	()	()	()
7. Outros _____	()	()	()

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil – entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura	()	()	()	()	()
3. Sociedade civil – entidades da área empresarial	()	()	()	()	()
4. Sociedade civil – entidades da área acadêmica e de pesquisa	()	()	()	()	()

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a), você tem alguma base de apoio?

1. () Sim. Qual(is)? _____
2. () Não
3. () Não sabe

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. () Não tenho base de apoio 2. () Nunca 3. () Raramente
4. () Às vezes 5. () Com frequência 6. () Sempre 7. () Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

- | | |
|----------------------------------|---|
| 1. () Não tenho base de apoio | 2. () Telefonema |
| 3. () E-mail/lista de discussão | 4. () Reuniões presenciais |
| 5. () Conversas pessoais | 6. () Orkut, Facebook, Twitter e afins |
| 7. () Homepage institucional | 8. () Carta/ofício |
| 9. () Fax | 10. () Mensagem (torpedo/SMS) |
| 11. () Não sabe | 12. () Outra: _____ |

19) Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

I – Definir/sustentar posicionamento no conselho:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

II – Relatar os debates/deliberações do conselho:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

III – Prestar contas sobre a sua atuação no conselho:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

IV – Construir/fortalecer articulações:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

BLOCO 3: FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

20) Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos setores?

1. () Nunca 2. () Raramente 3. () Às vezes
4. () Frequentemente 5. () Sempre 6. () Não sabe/não se aplica

21) Avalie a influência da atuação do conselho em relação a:

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não sabe
1. Agenda do Congresso Nacional	()	()	()	()	()
2. Políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura	()	()	()	()	()
3. Políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona	()	()	()	()	()
4. Iniciativas da sociedade civil	()	()	()	()	()
5. Iniciativas do setor produtivo	()	()	()	()	()
6. Percepção da opinião pública sobre o tema	()	()	()	()	()

22) Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os(as) conselheiros(as)?

1. () Não 2. () Sim, parcialmente 3. () Sim, plenamente

23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?

1. () Não 2. () Sim, parcialmente 3. () Sim, plenamente

24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do conselho? (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor):

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil – entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e da aquicultura	()	()	()	()	()	()
3. Sociedade civil – entidades da área empresarial	()	()	()	()	()	()
4. Sociedade civil – entidades da área acadêmica e de pesquisa	()	()	()	()	()	()

25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor/segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Secretaria Executiva	()	()	()	()	()
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, website, publicações)	()	()	()	()	()
3. Regimento interno e resoluções	()	()	()	()	()
4. Presidência	()	()	()	()	()
5. Plenária	()	()	()	()	()
6. Comissões temáticas	()	()	()	()	()

26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas):

1. () Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. () Reuniões muito esparsas
3. () Excesso de reuniões
4. () Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. () Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. () Questões políticas alheias à agenda do conselho
7. () Excesso de burocracia
8. () Divergência nas opiniões dos conselheiros
9. () Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República
10. () Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11. () O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. () Outras _____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?

Muito obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Hebert Rocha de Jesus

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.